

**20
25**



Banco Santander (Brasil) S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Preparadas de Acordo com Práticas Contábeis Adotadas no
Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar
pelo
Banco Central do Brasil**

31 de dezembro de 2025

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balanco Patrimonial	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração dos Resultados Abrangentes	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco	18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado	20
Demonstração dos Fluxos de Caixa	22
Demonstração do Valor Adicionado	24
1. Contexto Operacional	25
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	25
3. Principais Políticas Contábeis	27
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	35
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	36
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	37
7. Outros Ativos Financeiros	51
8. Carteira de Créditos	52
9. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	54
10. Ativos e Passivos Fiscais	60
11. Outros Ativos	66
12. Informações das Dependências no Exterior	66
13. Participações de Controladas e Coligadas	67
14. Imobilizado de Uso	71
15. Intangível	71
16. Captações	72
17. Outros Passivos Financeiros	75
18. Outros Passivos	76
19. Hierarquia do Valor Justo	77
20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias	78
21. Patrimônio Líquido	82
22. Partes Relacionadas	84
23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	88
24. Despesas de Pessoal	88
25. Outras Despesas Administrativas	89
26. Outras Receitas e Despesas Operacionais	89
27. Variações Cambiais (Líquidas)	90
28. Resultado Não Operacional	90
29. Plano de Benefícios a Funcionários	91
30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade	105
31. Reestruturações Societárias	108
32. Outras Informações	109
33. Eventos Subsequentes	111
Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2025	112
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	114
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	115
Relatório do Comitê de Auditoria	116



Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 serão divulgadas em 27 de fevereiro de 2026 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

❖ Resiliência da economia global em meio a incertezas

A economia global continuou mostrando resistência apesar de choques (como tarifas, tensões geopolíticas e incertezas comerciais). Os dados indicaram crescimento global ainda positivo próximo das projeções (cerca de entre 2,8 – 3% em 2025) e atividade sólida nas principais economias (EUA, China, área do euro), com mercados de trabalho aquecidos, embora com sinais de desaceleração e riscos para 2026. A inflação que segue moderando gradualmente mesmo diante das pressões derivadas das tarifas aplicadas, mas permanece acima de metas em algumas economias avançadas. Neste cenário, os principais bancos centrais seguem ou em pausa, ou cortando os juros (poucos sobem). O destaque fica para o FED, que seguiu entregando cortes consecutivos e encerrou o ano com as taxas em 3,75% (no limite superior).

❖ Shutdown mais longo da história norte-americana

No quarto trimestre de 2025, os Estados Unidos enfrentaram uma paralisação governamental (*shutdown*) de 43 dias, iniciado em 1º de outubro quando o Congresso não conseguiu aprovar as apropriações orçamentárias necessárias para o ano fiscal de 2026. A paralisação tornou-se a mais longa da história americana, superando o recorde anterior de 35 dias, em meio a um impasse entre a Câmara controlada pelos republicanos e o Senado dominado pelos democratas sobre conteúdo de gastos e extensão de subsídios de saúde. Cerca de 900 mil funcionários federais foram colocados em licença, com muitos outros trabalhando sem pagamento até a reabertura em 12 de novembro, após a aprovação de um pacote de financiamento. Além disso, o *shutdown* teve como impacto a ausência de divulgação de dados econômicos relevantes, com diversos dados deixando de ser coletados no período, causando prejuízo à análise da conjuntura econômica.

❖ Leve redução das tensões geopolíticas

O quarto trimestre de 2025 foi marcado por sinais graduais de desescalada em alguns dos principais focos de tensão geopolítica global. No Oriente Médio, avanços pontuais em negociações multilaterais e a redução da intensidade de confrontos diretos contribuíram para um ambiente de menor incerteza regional. No *front* comercial, apesar da retórica ainda firme, Estados Unidos e China retomaram canais formais de diálogo, com iniciativas voltadas à estabilização de fluxos comerciais e tecnológicos. Já no conflito entre Rússia e Ucrânia, embora não tenha havido uma resolução estrutural, observou-se uma diminuição relativa de episódios de escalada, acompanhada por esforços diplomáticos mais coordenados por parte de atores europeus e asiáticos.

No ambiente doméstico

❖ Desaceleração suave da atividade no Brasil com inflação mais benigna e reforço do cenário de início de cortes em 2026

Os dados de atividade ao longo do período mostraram perda gradual de ímpeto, com o PIB do 3T25 apresentando crescimento modesto, de 0,1% t/t, compatível com um processo de desaceleração suave à frente (não projetamos crescimento para o 4T). Serviços e varejo apresentaram desempenho misto, com alguns segmentos ainda resilientes, mas já com sinais de moderação mais disseminados. No campo inflacionário, as leituras do IPCA surpreenderam para baixo em vários momentos, com núcleos mais comportados, menor difusão e efeitos relevantes da redução dos preços de combustíveis — especialmente o corte de quase 5% no preço da gasolina nas refinarias — ajudando a conter a inflação corrente e a reforçar o processo de desinflação ao longo do 4T25. A inflação encerra o ano de 2025 dentro da banda de tolerância da meta de inflação.

❖ Copom manteve a taxa Selic em 15,00%, mas consolida a leitura de que o ciclo de flexibilização começa em 2026

Ao longo das comunicações entre outubro e dezembro, o Copom manteve a Selic em 15,00% e reiterou a necessidade de uma política monetária “significativamente contracionista por período prolongado”. Ainda assim, passaram a trazer sinais mais claros de transição no debate — da ênfase na “necessidade de novos apertos” para a “avaliação da suficiência do nível atual de juros”. As projeções de inflação também recuaram gradualmente ao longo do período.

❖ Fiscal segue no foco, com alívios pontuais e necessidade de novas receitas à frente

O período foi marcado por uma agenda fiscal intensa, com discussões e aprovação de medidas voltadas para aumento de receitas, incluindo a realização de um leilão de petróleo. Foram aprovadas iniciativas que ampliaram a arrecadação, como a redução de créditos tributários, contribuindo para a aprovação final do orçamento. No fim do ano passado, foram sancionadas as diretrizes para 2026, estabelecendo meta de resultado primário de 0,25% do PIB. Em 2025, o governo deve ter alcançado a banda da meta com R\$12 bilhões em dividendos e R\$8 bilhões provenientes do leilão de petróleo.

2. Desempenho Consolidado

Encerramos o ano de 2025 com uma importante evolução, focados na execução de nossa estratégia para sermos o banco mais presente na vida de nossos clientes, de forma inteligente, sustentável e personalizada, construindo uma operação mais diversificada, sólida e capaz de gerar resultados consistentes.

Na carteira de crédito ampliada encerramos dezembro de 2025 com R\$708 bilhões, um crescimento de 3,7% com disciplina na alocação de capital, priorizando ativos de maior rentabilidade e qualidade. No período, destacam-se os crescimentos nos portfólios de cartão de crédito (+13,4%), financiamento ao consumo (+13,0%), imobiliário (+9,6%) e PMEs (+13,0%).

Em captações de clientes, encerramos o exercício com R\$670 bilhões, o que representa um avanço de 3,9%, com destaque para a evolução de LCI e LCA (+15,5%) e de LF e outros (+18,3%). Continuamos otimizando o mix de captações, com maior representatividade da PF, que atingiu 50% em dezembro de 2025, vindo de 43% em dezembro de 2023, reduzindo o custo de depósitos.

Como resultado, a margem financeira com clientes apresentou evolução de 9,5%. Já a margem de mercado foi negativamente impactada pela sensibilidade negativa à taxa de juros. As comissões cresceram 3,5% sendo os destaques cartões com +12,0%, seguido por seguros com +8,7%.

Na qualidade de crédito, observamos ao longo do ano uma pressão mais acentuada nos indicadores de inadimplência, reflexo de um ambiente macroeconômico mais desafiador com maior endividamento das famílias e elevação dos pedidos de recuperação judicial por parte das empresas. Adicionalmente, a implementação dessa resolução nos exigiu um maior nível de provisão, e, conseqüentemente, o resultado de provisão para devedores duvidosos cresceu 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por fim, em gastos, mantemos nossa cultura de eficiência que, combinada com o uso intensivo de tecnologia tem permitido otimizar processos e maximizar nossa produtividade, além de oferecer melhores experiências aos nossos clientes. As despesas cresceram 0,8%, ritmo inferior ao da inflação, refletindo a disciplina e a eficiência na gestão de custos.

O lucro líquido gerencial apresentou crescimento de 12,6% no período, totalizando R\$ 15,6 bilhões, com um ROAE de 17,2%, incremento de 1,2 p.p. ante o mesmo período de 2024.



Lucro Líquido (gerencial)
R\$15,6 bilhões 2025
(+12,6% vs 2024)



Carteira ampliada
R\$ 708,2 bilhões Dez/25
(+3,7% vs Dez/24)



Margem Financeira
R\$ 61,9 bilhões 2025
(+1,8% vs 2024)

Demonstração de resultados gerencial¹

(R\$ milhões)	4T25	3T25	4T25 x 3T25	2025	2024	2025 2024
Margem Financeira Bruta	15.332	15.208	0,8 %	61.858	60.746	1,8 %
Comissões	5.754	5.552	3,6 %	21.647	20.917	3,5 %
Receita Total	21.086	20.760	1,6 %	83.505	81.663	2,3 %
Resultado de PDD	(6.105)	(6.524)	(6,4)%	(25.880)	(23.755)	8,9 %
Despesas Gerais	(6.633)	(6.423)	3,3 %	(26.042)	(25.837)	0,8 %
Despesas Tributárias	(1.471)	(1.420)	3,6 %	(5.566)	(5.595)	(0,5)%
Outros	(2.531)	(2.104)	20,3 %	(8.433)	(9.593)	(12,1)%
Lucro líquido antes de impostos	4.346	4.289	1,3 %	17.584	16.883	4,2 %
Impostos e minoritários	(260)	(280)	(7,1)%	(1.969)	(3.011)	(34,6)%
Lucro líquido gerencial	4.086	4.009	1,9 %	15.615	13.872	12,6 %
Lucro líquido contábil	4.023	3.944	1,9 %	15.339	13.477	13,8 %

¹ O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis, cujos mais relevantes referem-se à reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures, além da reversão das amortizações sobre os ágios.

3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 45% de membros mulheres e 55% de membros independentes.

As informações adicionais exigidas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório da Administração a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão, tem função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção, asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controles internos, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governança, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria recomendou a aprovação do plano do trabalho de auditoria para o ano de 2025 e este foi aprovado pelo Conselho de Administração.



6. Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 49.661 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que sejamos o banco principal para cada um de nossos clientes.

Para isso, o banco investe continuamente na criação de um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.



7. Sustentabilidade

No quarto trimestre de 2025, destacamos os seguintes resultados:

Negócios sustentáveis

- Viabilizamos R\$ 38,6 bilhões em negócios sustentáveis (YtD), de acordo com nosso sistema de classificação de finanças e investimentos sustentáveis (Sustainable Finance & Investment Classification System).
- Alcançamos uma carteira de R\$ 50,7 bilhões com emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e opções de produtos dedicados.
- Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (crédito de carbono) com 41% de *market share*.
- Em Microfinanças, o Prospera atingiu uma produção de R\$ 5,2 bilhões, um aumento de 6% YoY. A carteira total cresceu 3% YoY, chegando a R\$ 3,4 bilhões, com uma base total 1,2 milhões de clientes. Para além dos resultados financeiros, o Prospera impactou mais de 10 mil pessoas com o Educar para Prosperar, nosso programa de educação financeira presencial para clientes e não clientes das comunidades onde atuamos.
- No contexto do Eco Invest Brasil, iniciativa do Governo Brasileiro criada para impulsionar investimentos privados sustentáveis e atrair capital externo para projetos de longo prazo, o Santander concluiu duas operações relacionadas ao 1º Leilão - sublinha Blended Finance: (i) a emissão de R\$ 300 milhões para a Eber Bioenergia e Agricultura, destinada à expansão da produção de etanol em Goiás; e (ii) R\$ 160 milhões para a CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, voltados a projetos de saneamento e ampliação da infraestrutura de água e esgoto em Santa Catarina.

Índices de sustentabilidade

- Obtivemos a classificação "A" do CDP – *Carbon Disclosure Project*, o principal sistema global de informações sobre mudanças climáticas, passando a figurar na seleta "A list": a escala varia de "D" a "A", sendo "A" a melhor nota.
- Durante a COP30, o Santander foi premiado na "Celebração da Triade do Índice B3 ESG", que reuniu as 30 empresas participantes dos três principais índices de sustentabilidade da B3: ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), ICO2 (Índice Carbono Eficiente) e iDIVERSA (Índice de Diversidade).

Impacto social

- Desde 2002 e 2013 respectivamente, os programas Amigo de Valor e Parceiro do Idoso traduzem o compromisso Santander com a garantia dos direitos de crianças, adolescentes e de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social. Além de destinar parte do seu imposto de renda devido aos projetos selecionados, o Santander mobiliza outros atores para a causa: colaboradores, clientes, fornecedores e empresas coligadas.
- Em 2025, acompanhamos a execução de 65 projetos do programa Amigo de Valor e 47 projetos do programa Parceiro do Idoso. Com os recursos destinados pelo banco, mais de 8 mil crianças, pessoas idosas e seus familiares foram diretamente beneficiados. Considerando o total de valores mobilizados (Banco, coligadas, clientes e colaboradores), o alcance das iniciativas supera 20 mil pessoas.

Os programas lançaram ainda nova campanha para mobilização de recursos, a fim de viabilizar apoio a projetos que serão executados ao longo de 2026. O programa Amigo de Valor arrecadou mais de R\$26 milhões para apoiar 59 projetos voltados à ampliação e qualificação da oferta de serviços socioassistenciais para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O Parceiro do Idoso mobilizou R\$18.5 milhões, destinados a apoiar 47 projetos que contribuirão para promover o envelhecimento digno e o aprimoramento das políticas públicas locais.

- Teve início a primeira etapa do Social Integrado Santander, que visa ampliar o impacto social em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados de Pernambuco e Maranhão. A iniciativa combina diferentes frentes de atuação, com foco no desenvolvimento local, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Até o momento:

+20 mil alunos da rede pública foram beneficiados por meio de ações de arte e cultura;
+1.500 professores da rede pública participaram das master classes de música;
+ 800 empreendedores locais foram capacitados em empreendedorismo e educação financeira.

Universidades

- No 4T25, mais de 11 mil pessoas foram beneficiadas com cursos e bolsas de estudos. Destacamos nesse período a realização dos programas Santander Code Girls, que promove a inclusão feminina no mercado digital e o Santander EducaAI, que apoia educadores no uso responsável da inteligência artificial no ambiente escolar.

Eventos de negócios

- Promovemos o painel sobre Taxonomia Sustentável no pavilhão brasileiro na COP30 Brasil, dialogando com autoridades do Brasil, da União Europeia e do Chile, e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e soluções financeiras voltadas à transição sustentável.



8. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.



9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 03 de fevereiro de 2026).



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Instituição" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

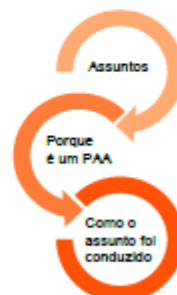
Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2(a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras

comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 2(a), 2(b) 2.2, 3(a) (VII) ao (XII), 9 e 30(a) (A)) A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. A determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração, que considera, dentre outros elementos, a existência de um ou mais eventos que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros e, consequentemente, o valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e de forma coletiva, por meio de modelos, para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na Resolução nº 4.966 do CMN. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, que considera fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, situação econômica e financeira, garantias, segmento e cenários econômicos.	Em relação a implementação da Resolução nº 4.966 do CMN, avaliamos os processos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco nos novos modelos de provisão para perdas. Realizamos entendimento e testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: (i) modelos, julgamentos e premissas adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) elaboração das notas explicativas. Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos, em base amostral, os critérios utilizados para a determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Dessa forma, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de validação e aprovação dos modelos aplicados na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos. Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela Resolução nº 4.966 do CMN. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, com base na Resolução nº 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 3(n) e 20) O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de passivos para processos judiciais e administrativos e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos para processos judiciais e administrativos (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para processos judiciais e administrativos trabalhistas e cíveis que são realizados pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas aos processos judiciais e administrativos trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
circunstâncias, esse assunto mantém-se como área de foco em nossa auditoria.	aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os principais processos judiciais e administrativos para confirmar a existência e as informações relevantes dos processos. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade do prognóstico dos processos atribuídos pela Administração. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 30(a))	
O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, esse assunto permanece como uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Banco Santander (Brasil) S.A.

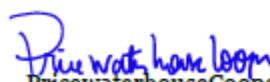
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Balanço Patrimonial

	Notas Explicativas	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Ativo			
Circulante e Não Circulante		1.257.503.819	1.255.624.187
Disponibilidades	4	7.531.433	7.632.939
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		275.034.807	250.803.157
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	89.994.937	89.994.937
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.II	118.139.601	102.064.371
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	66.900.269	58.743.849
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		58.666.786	67.681.530
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.III	58.666.786	67.681.530
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		724.219.844	755.376.927
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	122.003.125	38.452.242
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.IV	113.528.203	117.944.134
Operações de Crédito	8	365.651.162	462.212.788
Operações de Arrendamento Mercantil	8	-	3.600.813
Outros Ativos Financeiros	7.a	123.037.354	133.166.950
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	9	(38.081.943)	(43.869.604)
Outros Ativos	11	125.066.639	133.509.738
Ativos Fiscais	10.a	62.524.769	68.914.540
Permanente		42.541.484	15.574.960
Investimentos		30.703.449	2.829.717
Participações em Coligadas e Controladas	13.b	30.611.957	2.733.615
Outros Investimentos		91.492	96.102
Imobilizado de Uso	14	4.080.967	4.343.288
Imóveis de Uso		2.312.767	2.553.062
Outras Imobilizações de Uso		11.169.690	11.462.270
(Depreciações Acumuladas)		(9.401.490)	(9.672.044)
Intangível	15	7.757.068	8.401.955
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	28.204.704
Outros Ativos Intangíveis		14.198.730	14.961.397
(Amortizações Acumuladas)		(33.662.177)	(34.764.146)
Total do Ativo		1.257.503.819	1.255.624.187

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas Explicativas	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Passivo			
Circulante e Não Circulante		1.162.312.053	1.157.823.868
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.067.051.020	1.041.205.968
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		60.168.681	52.758.042
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	60.168.681	52.758.042
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		1.006.882.339	988.447.926
Depósitos	16	491.380.199	491.090.287
Captações no Mercado Aberto	16	170.173.383	149.752.695
Obrigações por Empréstimos	16	102.551.649	102.551.662
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16	10.742.445	10.742.445
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16	196.136.536	188.255.278
Outros Passivos Financeiros	17.a	35.898.127	46.055.559
Outros Passivos	18	88.849.690	103.875.756
Provisão para Riscos Fiscais	18	2.249.263	2.455.288
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	18	6.607.012	7.324.839
Outras Provisões	18	3.622.249	9.048.090
Diversos	18	76.371.166	85.047.539
Passivos Fiscais	10.c	6.411.343	12.742.144
Patrimônio Líquido			
	21	95.191.766	95.650.292
Capital Social	21.a	65.000.000	65.000.000
Reservas de Capital	21.c	643.142	643.142
Reservas de Lucros	21.c	35.530.913	35.750.330
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(5.262.729)	(5.023.620)
(-) Ações em Tesouraria	21.d	(719.560)	(719.560)
Participação dos Acionistas Minoritários			
	21.e	-	2.150.027
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.257.503.819	1.255.624.187

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2025	Banco 01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira		77.839.781	146.340.671	85.396.070	161.360.937
Operações de Crédito		38.473.570	75.197.112	51.465.547	97.929.367
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	308.124	564.211
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.V	31.040.796	61.268.971	23.663.864	52.041.481
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos e Câmbio		2.264.511	(1.278.758)	3.869.444	(376.063)
Resultado das Aplicações Compulsórias		6.060.904	11.153.346	6.089.091	11.201.941
Despesas da Intermediação Financeira		(67.308.897)	(127.248.967)	(68.102.732)	(130.278.584)
Operações de Captação no Mercado	16.c	(52.612.458)	(98.551.139)	(52.850.570)	(98.634.377)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses		(2.992.106)	(5.928.079)	(2.997.298)	(5.936.568)
Resultado de Operações com Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(505.214)	(569.424)	(535.122)	(678.734)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(11.199.119)	(22.200.325)	(11.719.742)	(25.028.905)
Variações Cambiais (Líquidas)	27	961.047	5.321.106	891.540	5.492.141
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		11.491.931	24.412.810	18.184.878	36.574.494
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.205.730)	(9.707.419)	(8.451.006)	(16.740.627)
Receitas de Prestação de Serviços	23	7.235.809	13.702.001	9.150.698	17.351.533
Rendas de Tarifas Bancárias	23	2.465.408	4.855.424	2.923.034	5.671.270
Despesas de Pessoal	24	(3.478.445)	(6.852.782)	(4.819.970)	(9.698.750)
Outras Despesas Administrativas	25	(8.067.650)	(15.541.261)	(7.107.752)	(13.834.040)
Despesas Tributárias		(1.920.179)	(4.181.208)	(2.869.200)	(5.949.475)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	5.527.053	9.258.010	169.065	325.364
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	26	(5.967.726)	(10.947.603)	(5.896.881)	(10.606.529)
Resultado Operacional		7.286.201	14.705.391	9.733.872	19.833.867
Resultado não Operacional	28	34.485	113.310	103.887	204.497
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	10.d	7.320.686	14.818.701	9.837.759	20.038.364
Imposto de Renda e Contribuição Social		1.766.379	2.604.140	(299.875)	(1.551.674)
Provisão para Imposto de Renda		101.691	60.960	(668.544)	(2.077.816)
Provisão para Contribuição Social		(133.952)	(201.524)	(647.385)	(1.412.714)
Ativo Fiscal Diferido		1.798.640	2.744.704	1.016.054	1.938.856
Participações no Lucro		(975.107)	(1.959.014)	(1.330.019)	(2.730.411)
Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	(240.876)	(417.634)
Lucro Líquido		8.111.958	15.463.827	7.966.989	15.338.645
Número de Ações (Mil)	21.a	7.498.531	7.498.531		
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		1.081,81	2.062,25		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	01/07 a 31/12/2025	Banco 01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido	8.111.958	15.463.827	7.966.989	15.338.645
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(172.559)	687.181	(177.395)	679.459
Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	(214.181)	995.117	(219.017)	987.395
Próprios	(378.691)	2.055.639	(416.003)	2.025.203
Risco de Crédito	31.507	25.545	31.507	25.545
De Ligada	(28.518)	(14.800)	-	-
Impostos	161.521	(1.071.267)	165.479	(1.063.353)
Hedge de Fluxo de Caixa	41.622	(307.936)	41.622	(307.936)
Próprios	79.366	(587.189)	79.366	(587.189)
Impostos	(37.744)	279.253	(37.744)	279.253
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	(130.717)	763.613	(130.717)	763.613
Plano de Benefícios	(130.717)	763.613	(130.717)	763.613
Próprios	(254.209)	1.426.111	(254.209)	1.426.111
Impostos	123.492	(662.498)	123.492	(662.498)
Resultado Abrangente do Período	7.808.682	16.914.621	7.658.877	16.781.717
Atribuível à controladora			7.418.001	16.364.083
Atribuível aos Acionistas Minoritários			240.876	417.634
Total			7.658.877	16.781.717

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco

	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total	
	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva para Equalização de Dividendos		Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial				
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	636.170	6.983.558	25.083.521	(1.964.672)	(474.571)	(4.274.280)	-	(884.707)	90.105.019
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (1)						1.059.000			(3.248.923)		(2.189.923)
Saldos em 1 de janeiro de 2025		65.000.000	636.170	6.983.558	25.083.521	(905.672)	(474.571)	(4.274.280)	(3.248.923)	(884.707)	87.915.096
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	29	-	-	-	-	-	-	763.613	(1.175.021)	-	(411.408)
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	165.147	165.147
Resultado com Ações em Tesouraria		-	(22.106)	-	-	-	-	-	-	-	(22.106)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	29.078	-	-	-	-	-	-	-	29.078
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos											
		-	-	-	-	(357.018)	(14.800)	-	-	-	(371.819)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ágio		-	-	-	1.385	-	-	-	-	-	1.385
Dividendos Prescritos		-	-	-	42.566	-	-	-	-	-	42.566
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	15.463.827	-	15.463.827
Destinações:											
Reserva Legal	21.c	-	-	773.191	-	-	-	-	(773.191)	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(7.620.000)	-	(7.620.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	2.646.692	-	-	-	(2.646.692)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		65.000.000	643.142	7.756.749	27.774.164	(1.262.690)	(489.371)	(3.510.667)	-	(719.560)	95.191.766
Mutações no Exercício		-	6.972	773.191	2.690.643	(357.018)	(14.800)	763.613	-	165.147	5.086.747

(1) Contém os efeitos líquidos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros, conforme descrito nas notas 6 e 9.

(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
				Reserva	de	Coligadas e		de Avaliação			
				Legal	Dividendos	Próprios	Controladas	Patrimonial			
Saldos em 30 de junho de 2025		65.000.000	514.295	7.351.151	24.659.139	(1.118.650)	(460.853)	(3.379.950)	—	(722.823)	91.842.310
Plano de Benefícios a Funcionários		—	—	—	—	—	—	(130.717)	11.608	—	(119.108)
Ações em Tesouraria	21.d	—	—	—	—	—	—	—	—	3.263	3.263
Resultado de Ações em Tesouraria		—	113	—	—	—	—	—	—	—	113
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		—	128.734	—	—	—	—	—	—	—	128.734
Instrumentos Financeiros Derivativos		—	—	—	—	(144.041)	(28.518)	—	—	—	(172.559)
Dividendos Prescritos		—	—	—	17.056	—	—	—	—	—	17.056
Lucro Líquido		—	—	—	—	—	—	—	8.111.958	—	8.111.958
Destinações:											
Reserva Legal	21.c	—	—	405.598	—	—	—	—	(405.598)	—	—
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	21.b	—	—	—	—	—	—	—	(4.620.000)	—	(4.620.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	—	—	—	3.097.968	—	—	—	(3.097.968)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		65.000.000	643.142	7.756.749	27.774.163	(1.262.690)	(489.371)	(3.510.667)	—	(719.560)	95.191.766
Mutações no Semestre		—	128.847	405.598	3.115.024	(144.041)	(28.518)	(130.717)	—	3.263	3.349.456

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado

	Reservas de Lucros					Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros	(-) Ações em Tesouraria	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido	
	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva para Equalização de Dividendos		Outros Ajustes de Avaliação						
				Reserva Legal		Próprios	Patrimonial					
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	642.915	7.021.321	25.432.186	(2.193.477)	(4.274.280)	-	(884.707)	90.743.958	1.249.939	91.993.897
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (1)						1.059.000		(3.248.923)		(2.189.923)		(2.189.923)
Saldos em 1 de janeiro de 2025		65.000.000	642.915	7.021.321	25.432.186	(1.134.477)	(4.274.280)	(3.248.923)	(884.707)	88.554.035	1.249.939	89.803.974
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	29	-	-	-	-	-	763.613	(1.175.021)	-	(411.408)	-	(411.408)
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	165.147	165.147	-	165.147
Resultado de Ações em Tesouraria		-	(22.106)	-	-	-	-	-	-	(22.106)	-	(22.106)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	22.333	-	-	-	-	-	-	22.333	-	22.333
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(379.541)	-	-	-	(379.541)	-	(379.541)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ágio		-	-	-	1.385	-	-	-	-	1.385	-	1.385
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		-	-	-	-	-	1.065	-	-	1.065	-	1.065
Dividendos Prescritos		-	-	-	42.593	-	-	-	-	42.593	-	42.593
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	15.338.645	-	15.338.645	-	15.338.645
Destinações:												
Reserva Legal	21.c	-	-	766.932	-	-	-	(766.932)	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(7.620.000)		(7.620.000)	-	(7.620.000)
Lucro não Realizado		-	-	-	-	-	-	(41.856)	-	(41.856)	-	(41.856)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	2.485.913	-	-	(2.485.913)	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	417.634	417.634
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	482.454	482.454
Venda / Incorporação / Aquisição		-	-	-	-	-	-	-	-	-	687.784	687.784
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(205.330)	(205.330)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		65.000.000	643.142	7.788.253	27.962.077	(1.514.018)	(3.509.602)	-	(719.560)	95.650.292	2.150.027	97.800.319
Mutações no Exercício		-	227	766.932	2.529.891	679.459	764.678	-	165.147	4.906.334	900.088	5.806.422

(1) Contém os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros, conforme descrito nas notas 6 e 9.

(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Reservas de Lucros Ajustes de Avaliação Patrimonial											
	Notas	Capital	Reservas	Reserva para		Outros Ajustes		Lucros	(-) Ações em	Participação	Total do	
				Reserva	de	de Avaliação	dos					
												Legal
	Explicativas	Social	de Capital					Tesouraria	Patrimônio		Líquido	
Saldos em 30 de junho de 2025		65.000.000	514.295	7.389.904	24.994.345	(1.336.623)	(3.379.951)	—	(722.823)	92.459.147	1.883.123	94.342.270
Plano de Benefícios a Funcionários		—	—	—	—	—	(130.717)	11.608	—	(119.108)	—	(119.108)
Ações em Tesouraria	21.d	—	—	—	—	—	—	—	3.263	3.263	—	3.263
Resultado de Ações em Tesouraria		—	113	—	—	—	—	—	—	113	—	113
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		—	128.734	—	—	—	—	—	—	128.734	—	128.734
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		—	—	—	—	(177.395)	—	—	—	(177.395)	—	(177.395)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		—	—	—	—	—	1.065	—	—	1.065	—	1.065
Dividendos Prescritos		—	—	—	17.053	—	—	—	—	17.053	—	17.053
Lucro Líquido		—	—	—	—	—	—	7.966.989	—	7.966.989	—	7.966.989
Destinações:											—	
Reserva Legal	21.c	—	—	398.349	—	—	—	(398.349)	—	—	—	—
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	21.b	—	—	—	—	—	—	(4.620.000)	—	(4.620.000)	—	(4.620.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	—	—	—	2.950.679	—	—	(2.950.679)	—	—	—	—
Lucro não Realizado		—	—	—	—	—	—	(9.569)	—	(9.569)	—	(9.569)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	—	—	—	—	—	—	—	—		240.876	240.876
Outros		—	—	—	—	—	—	—	—	—	26.028	26.028
Venda / Incorporação / Aquisição		—	—	—	—	—	—	—	—	—	101.667	101.667
Outros		—	—	—	—	—	—	—	—	—	(75.639)	(75.639)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		65.000.000	643.142	7.788.253	27.962.077	(1.514.018)	(3.509.602)	—	(719.560)	95.650.292	2.150.027	97.800.319
Mutações no Semestre		—	128.847	398.349	2.967.732	(177.395)	(129.651)	—	3.263	3.191.145	266.904	3.458.049

Demonstração dos Fluxos de Caixa

		Banco		Consolidado	
	Notas	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	Explicativas	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		8.111.958	15.463.827	7.966.989	15.338.645
Ajustes ao Lucro Líquido		(5.698.916)	(2.774.283)	1.190.283	9.117.247
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		11.199.119	22.200.325	11.719.742	25.028.905
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	2.015.198	4.057.542	2.231.022	4.537.587
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	217.318	463.080	225.488	482.590
Tributos Diferidos		(1.949.886)	(4.299.454)	(1.289.532)	(4.914.591)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	(5.527.053)	(9.258.010)	(169.065)	(325.364)
Depreciações e Amortizações	25	1.605.875	3.170.281	1.721.217	3.417.236
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(6.357)	(8.394)	(6.560)	(26.866)
Resultado de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(65.992)	(165.300)	(128.698)	(241.700)
Resultado de Investimentos	28	—	(1.093)	—	(1.093)
Atualização de Depósitos Judiciais		(278.849)	(574.303)	(353.138)	(729.208)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	18.a	(123.769)	(749.092)	(123.769)	(749.092)
Atualização de Impostos a Compensar		(187.219)	(328.844)	(279.999)	(497.770)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		1.426	(11)	1.426	(11)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(12.598.841)	(17.258.904)	(12.598.841)	(17.258.904)
Outros		114	(22.106)	240.990	395.528
Variações em Ativos e Passivos		(30.022.639)	(8.719.408)	(29.023.476)	(19.677.127)
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(137.035)	(18.535.024)	4.920.561	(1.888.814)
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(21.680.557)	(21.894.970)	(15.176.557)	(9.725.099)
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(18.270.150)	(18.364.563)	(27.985.768)	(28.445.275)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		1.126.275	1.747.183	2.409.369	3.077.377
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		4.973.219	1.135.259	4.617.525	788.330
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		714.144	136.731.188	(1.346.285)	133.630.768
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		617.009	(29.280)	483.355	(207.339)
Redução (aumento) em Outros Ativos		(12.399.239)	2.557.724	(8.276.561)	(15.847.648)
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(791.602)	(1.601.699)	(826.300)	(2.028.448)
Variação líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(3.488.899)	(920.370)	(4.199.215)	(1.721.569)
Aumento (redução) em Depósitos		4.635.822	(3.928.154)	3.544.788	(4.237.928)
Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto		(7.293.231)	7.268.149	(7.707.487)	(725.284)
Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(12.087.756)	(7.343.470)	(12.223.354)	(7.348.837)
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		(1.984.807)	(126.262.647)	1.318.031	(119.636.395)
Aumento (redução) em Outros Passivos		35.864.787	40.585.426	31.007.997	34.148.820
Aumento (redução) em Passivos Fiscais Correntes		179.381	135.840	1.625.597	3.744.905
Imposto Pago		—	—	(1.209.172)	(3.254.691)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(27.609.597)	3.970.136	(19.866.204)	4.778.765
Atividades de Investimento					
Redução (aumento) de Capital em Participações em Coligadas e Controladas		1.170.000	1.170.000	—	(7.500)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(272.562)	(562.508)	(279.887)	(580.566)
Aplicações no Intangível		(1.115.324)	(1.828.278)	(1.175.104)	(1.979.698)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		5.487.052	6.905.406	6.112.750	7.949.839
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		(160.039)	201.864	(94.065)	309.083
Alienação de Imobilizado de Uso		143.369	275.831	245.368	397.746
Alienações no Intangível		46.611	46.611	(588.563)	117.918
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		5.299.107	6.208.926	4.220.499	6.206.822
Atividades de Financiamento					
Aquisição e Alienação de Ações de Emissão Própria	21.d	3.263	165.147	3.263	165.147

Relatório da	Relatório dos Auditores	Demonstrações		Declarações dos	
Administração	Independentes	Financeiras		Diretores	
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.					
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		42.161.890	113.774.617	44.670.892	118.981.768
Emissões de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		2.362.800	2.362.800	2.381.400	2.381.400
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(31.884.632)	(115.943.873)	(33.794.573)	(112.382.380)
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(598.893)	(1.070.620)	(646.774)	(1.118.501)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(3.404.725)	(5.969.969)	(9.919.238)	(13.795.910)
Aumento (redução) em Participação dos Minoritários		—	—	101.669	687.787
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		8.639.703	(6.681.898)	2.796.639	(5.080.689)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.426)	11	(1.426)	11
Aumento (redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(13.672.213)	3.497.175	(12.850.492)	5.904.909
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		88.295.159	71.125.771	87.251.108	68.495.707
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		474.622.946	74.622.946	74.400.616	74.400.616

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Valor Adicionado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 31/12/2025		01/01 a 31/12/2025	
Receitas da Intermediação Financeira		146.340.671		161.360.937	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	23	18.557.425		23.022.803	
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(22.200.325)		(25.028.905)	
Outras Receitas e Despesas		(10.834.293)		(10.402.032)	
Despesas da Intermediação Financeira		(102.337.098)		(103.140.748)	
Variações Cambiais (Líquidas)	27	5.321.106		5.492.141	
Insumos de Terceiros		(11.832.660)		(9.860.824)	
Material, Energia e Outros		(262.583)		(280.532)	
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	25	(4.729.808)		(3.799.902)	
Outros		(6.840.269)		(5.780.390)	
Processamento de Dados e Telecomunicações		(4.249.097)		(3.820.445)	
Propaganda, Promoções e Publicações		(462.235)		(626.169)	
Outras		(2.128.937)		(1.333.776)	
Valor Adicionado Bruto		23.014.826		41.443.372	
Depreciações e Amortizações	25	(3.170.281)		(3.417.236)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		19.844.545		38.026.136	
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	9.258.010		325.364	
Valor Adicionado Total a Distribuir		29.102.555		38.351.500	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		7.903.043	27,2 %	11.046.248	28,8 %
Remuneração		6.141.911		8.395.154	
Benefícios	24	1.126.167		1.766.295	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		394.345		585.609	
Outras		240.620		299.190	
Impostos, Taxas e Contribuições		5.197.365	17,9 %	10.992.965	28,7 %
Federais		4.357.113		9.883.138	
Estaduais		525		2.048	
Municipais		839.727		1.107.779	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	25	538.320	1,8 %	555.980	1,4 %
Remuneração de Capitais Próprios		15.463.827	53,1 %	15.756.307	41,1 %
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	7.620.000		7.620.000	
Reinvestimentos de Lucros		7.843.827		8.553.941	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-		(417.634)	
Total		29.102.555	100,0 %	38.351.500	100,0 %

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição – São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Banco Santander em conformidade com o disposto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4966/21 segue sem apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na **Nota 13**, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na reunião realizada em 03 de fevereiro de 2026.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, serão divulgadas, em 27 de fevereiro de 2026, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) Adoção de novas normas

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Banco, entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 ou entrarão em vigor a partir de, ou após 1º de janeiro de 2026.

I - Resolução CMN nº 5.185/2024

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2026. O Banco Santander está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

II - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas (*Hedge Accounting e Renegociação e Reestruturação*)

Os principais impactos (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas foram:

1. Efeitos da alteração de categorias - refletem os impactos da remensuração decorrentes de reclassificação entre as categorias, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021:

I - De "Disponível para Venda" para "Custo Amortizado": O Banco Santander realizou um aumento bruto de R\$ 1.925 milhões no valor dos ativos em contrapartida do Patrimônio Líquido oriundo da reversão dos ajustes de marcações a mercado sobre os títulos reclassificados.

A decisão levou em consideração um novo modelo de negócio de Gestão Financeira, e a Administração concluiu que a classificação contábil que mais reflete o objetivo desse modelo de negócio é o Custo Amortizado.

III - Imposto Mínimo Global – Pilar 2 - as regras do Pilar 2 da tributação mínima global (*Global Minimum Tax Model Rules*), aprovada em 2021 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), determina que grupos multinacionais com receitas superiores a €750 milhões estejam sujeitos a uma

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

alíquota mínima de imposto de 15% sobre o lucro contábil ajustado, calculado com base em cada jurisdição. A OCDE complementou essas regras por meio da aprovação de orientações administrativas e sobre regras simplificadoras (*safe harbours*) transitórios aplicáveis aos exercícios fiscais de 2024 a 2026. Em janeiro de 2026, a aplicação dos *safe harbours* transitórios foi prorrogada por mais um ano, e novos *safe harbours* permanentes foram aprovados com o objetivo de simplificar a aplicação das Regras Modelo e implementar o “acordo *side-by-side*” alcançado em junho de 2025 no âmbito do G7, o qual será aplicável a partir de 2026 a grupos multinacionais cuja controladora final esteja nos Estados Unidos.

No Brasil, a Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, introduziu o Pilar 2 conforme as Regras Globais contra a Erosão da Base Tributária – Regras GloBE (*Global Anti-Base Erosion Rules – GloBE Rules*), através da instituição do Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e passou a ser regulamentado por atos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda de modo a se enquadrar como um imposto mínimo qualificado (*Qualified Domestic Minimum Top-up Tax - QDMTT*). As regras do Pilar 2 passaram a vigorar no Brasil a partir 2025 e devem ser apuradas com base nos tributos abrangidos ajustados e nos lucros ajustados de todas as entidades constituintes do mesmo grupo multinacional no Brasil.

As regras simplificadoras (*safe harbours*) implicam que o Adicional da CSLL não é devido desde que qualquer uma das seguintes condições seja atendida: (i) a alíquota efetiva calculada com base nas informações da Declaração País a País (*country-by-country reporting*) exceda a 16% em 2025 e 17% em 2026; (ii) a presença do grupo multinacional em uma jurisdição não seja relevante, quando a receita for inferior a €10 milhões e o lucro antes dos impostos for inferior a €1 milhão; ou (iii) o lucro antes dos impostos seja inferior ao valor resultante da soma dos ativos fixos tangíveis e das despesas com pessoal, ajustados por uma determinada porcentagem que varia anualmente.

A avaliação da exposição potencial ao Adicional da CSLL baseia-se nas declarações fiscais mais recentes, no relatório país por país e nas demonstrações financeiras das entidades constituintes do Grupo no Brasil. Com base na avaliação, as alíquotas efetivas do Adicional da CSLL no Brasil são superiores a 15%, portanto, não surge potencial de exposição.

2. Efeitos da adoção do modelo para perdas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021) - O Banco Santander realizou um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 5.635 milhões (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 15% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), incluindo provisões para títulos e garantias financeiras prestadas. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:

I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro;

II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros.

III - Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso.

O efeito da adoção inicial do modelo para perdas associadas ao risco de crédito foi reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 3.249 milhões, após os efeitos tributários.

3. Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento, as perdas incorridas em valor superior ao lucro real não podem ser deduzidas no ano de 2025.

A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês.

Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na **Nota 10.b.2.**

Hedge Accounting

Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de *hedge* devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- *Hedge* de valor justo;
- *Hedge* de fluxo de caixa;
- *Hedge* de investimento líquido no exterior.

Renegociação e Reestruturação

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento, conforme as condições contratuais renegociadas.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco optou por aderir a faculdade e apresenta os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas.

III - Reforma da Tributação sobre o Consumo

A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.

Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica.

Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com documentos fiscais eletrônicos (Notas Fiscais) mais sofisticados e recolhimento de tributos automático - no qual a parcela correspondente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao Governo (mecanismo de *split payment*), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.

Adicionalmente, sobre a ótica da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas.

No caso do setor financeiro, a Reforma Tributária estabeleceu um regime específico para as operações de crédito e estima-se que não haverá aumento do custo de crédito para o tomador final relativamente à carga tributária atual. Por outro lado, determinados serviços financeiros, sujeitos ao regime geral de tributação, podem estar sujeitos a maior pressão tributária na ótica do consumidor final, o que poderá gerar eventuais ajustes na estrutura de precificação ao longo do período de implantação do novo regime.

Os efeitos imediatos identificados até o momento concentram-se, primordialmente, no âmbito operacional, com destaque para os impactos tecnológicos, com a necessidade de ajustes nos sistemas informáticos internos, nos cadastros e nos controles automatizados.

A Administração vem acompanhando esses impactos e promovendo as adequações necessárias em processos, sistemas e governança, bem como revisando projeções de resultados e de fluxo de caixa para refletir a transição gradual do modelo tributário atual para o novo sistema.

Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributária sobre o Consumo, a Administração concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, nem em seus indicadores de capital, sendo os efeitos imediatos, essencialmente, restritos ao âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander, suas controladas, e suas agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. Principais Políticas Contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco não relacionadas à adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, cujas práticas contábeis adotadas pelo Banco, impactadas pelas novas resoluções, estão descritas abaixo.

a) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de *SPPI*, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Principais impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas

A adoção da referida normativa foi aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção inicial foram reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Foram registrados os efeitos da adoção inicial na classificação dos ativos financeiros por categoria, conforme art.4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, de "Disponíveis para Venda" para "Custo Amortizado", conforme descrito na **Nota 6**.

Adoção do modelo para perdas associadas ao risco de crédito (art.40 da Resolução CMN nº 4.966/2021)

O efeito da adoção inicial do modelo para perdas associadas ao risco de crédito foi reconhecido no patrimônio líquido, conforme descrito na **Nota 9**.

(I) Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou
- Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("SPPI teste")

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPI teste.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(III) Custo Amortizado ("CA")

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

(V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR")

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(VI) Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

(VII) Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

No Banco Santander, para o cálculo da taxa de juros efetiva, são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

(VIII) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, devem consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 — de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, conforme estabelecido no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 — considerando o aumento significativo do risco de crédito.

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo:

Estágio 1:

Operações em curso normal - quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco Santander reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2:

Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da PD inicial e a PD corrente, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estágio 3:

Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

Para medir individualmente as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos avaliados coletivamente, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de as perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

(IX) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual. Ao atingir o Estágio 3, o reconhecimento de juros é interrompido.

(X) Perímetro de Aplicação

O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias “custo amortizado”, sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria “valor justo valor através de outros resultados abrangentes”, bem como riscos e compromissos contingentes.

(XI) Metodologia de estimação de perda esperada

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probability of default), LGD (Loss Given Default) e EAD (Exposure at Default) tendo como tradução respectivamente (Probabilidade de inadimplência), (Perda dada inadimplência) e (Exposição no caso de inadimplência).

A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Banco Santander tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

(XII) Baixa do Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

Dados os estudos feitos pelo Banco Santander, o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) foi definido em 270 dias após a marcação do ativo como problemático.

(XIII) Operações de Câmbio

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 277/2022 alteraram o tratamento contábil da carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, e passaram a valer em 1º de janeiro de 2025.

Os principais pontos das alterações são:

- Mensuração: A carteira de câmbio agora deve ser mensurada pelo valor justo (*fair value*), com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.
- Registro: As operações de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira) devem ser registradas de forma segregada por natureza (própria ou de clientes) e respeitar o princípio da competência, refletindo o real valor dos ativos e passivos cambiais.

b) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco Santander utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Instituição, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco Santander utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis no mercado para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

c) Impostos Correntes e Diferidos

A Lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, embora a Lei 9.430/96 tenha deixado de ser aplicada às instituições financeiras, alguns de seus conceitos continuarão a ter efeitos na Demonstração Financeira do Banco, dado que empresas de outros ramos também compõem o consolidado. As alterações entre a Lei nº 14.467/22 e a Lei 9.430/96 visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir os desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- i. O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;
- ii. O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:
 - Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
 - Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
 - Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No entanto, quando esses encargos se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica dentro do período legal, para os fins legais, devem ser adicionados à base de cálculo.

Recuperação de Créditos: Deverão ser imputados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o total dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer período ou qualquer título, inclusive nos casos de pagamento indireto que consiste na extinção da dívida antiga para a criação de uma nova, ou de arresto dos bens recebidos em garantia real.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja pessoas jurídicas (PJ) ou físicas (PF); diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

A aplicação da nova Lei abrange os efeitos fiscais relacionados às perdas incorridas a partir de 1º de janeiro de 2025. Quanto ao estoque de ativo fiscal diferido decorrente das perdas reconhecidas em períodos anteriores à vigência da lei, esses devem ser compensados na proporção de 1/84 ou 1/120 para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Os detalhes sobre os efeitos e a expectativa de realização do crédito tributário estão disponíveis na nota explicativa nº 10.

d) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

e) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

f.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

g) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

h) Imobilizado de Uso

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

i) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

j) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

j.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)**

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

j.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo para o Banco e suas Coligadas:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

k) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Plano de Benefício Definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na **Nota 29**. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral das perdas atuariais decorrentes das remensurações do valor líquido de ativo/passivo de benefício definido, em conta de Passivo tendo como contrapartida conta destacada do Patrimônio Líquido – Ajustes de avaliação patrimonial.

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Os componentes, custo do serviço passado/ganho ou perda atuarial na liquidação, quando aplicável for; e juros sobre Passivo/Ativo de Plano de Benefício Definido, bem como o componente custo do serviço corrente são reconhecidos nas linhas de despesas operacionais (**Nota 29**) e despesa de pessoal (**Nota 24**).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

I) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

m) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 16).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

Os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 16.

n) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas na Nota 20.e e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 20 % para os bancos, 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e de 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que promove alterações no sistema tributário federal, com impactos sobre diversos setores da economia. A referida legislação altera e consolida as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") aplicáveis às empresas do setor financeiro.

Nos termos da nova lei, as Instituições de Pagamento, as Administradoras de Mercado de Balcão Organizado, as Bolsas de Valores, de Mercadorias e de Futuros, as Entidades de Liquidação e Compensação, bem como as demais sociedades reguladas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), estarão sujeitas à majoração gradual da alíquota da CSLL, que passará de 9% para 12% nos exercícios de 2026 e 2027, e para 15% a partir do exercício de 2028.

Para as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e para as Sociedades de Capitalização, a alíquota da CSLL será majorada do patamar atual de 15% para 17,5% nos exercícios de 2026 e 2027, e para 20% a partir do exercício de 2028, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 224/2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento desses créditos e passivos é efetuado com base nas alíquotas aplicáveis aos períodos em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com a regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação, com base na geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização desses créditos, conforme demonstrada na Nota 10.b.2, está fundamentada em projeções de resultados futuros e em estudo técnico específico.

q) Juros sobre o Capital Próprio

Os Juros sobre o Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

s) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na **Nota 30.h**

t) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Disponibilidades	7.531.433	7.632.939
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	67.091.513	66.767.677
Aplicações no Mercado Aberto	52.822.160	52.822.160
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	533.896	210.060
Aplicações em Moedas Estrangeiras	13.735.457	13.735.457
Total	74.622.946	74.400.616

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco				Consolidado			
	31/12/2025				31/12/2025			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	34.757.617	-	87.245.508	122.003.125	35.565.957	1.926.181	960.104	38.452.242
Aplicações no Mercado Aberto	21.022.160	-	-	21.022.160	21.557.723	-	-	21.557.723
Posição Bancada	2.663.441	-	-	2.663.441	3.199.004	-	-	3.199.004
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	250.345	-	-	250.345
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.663.441	-	-	2.663.441	2.938.871	-	-	2.938.871
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	9.788	-	-	9.788
Posição Financiada	18.358.719	-	-	18.358.719	18.358.719	-	-	18.358.719
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.999.999	-	-	6.999.999	6.999.999	-	-	6.999.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.353.442	-	-	7.353.442	7.353.442	-	-	7.353.442
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.005.278	-	-	4.005.278	4.005.278	-	-	4.005.278
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	87.245.508	87.245.508	272.777	1.926.181	960.104	3.159.062
Aplicações em Moeda Estrangeira	13.735.457	-	-	13.735.457	13.735.457	-	-	13.735.457
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	83.356.377	6.638.560	-	89.994.937	83.356.377	6.638.560	-	89.994.937
Aplicações no Mercado Aberto	83.356.377	6.638.560	-	89.994.937	83.356.377	6.638.560	-	89.994.937
Posição Bancada	7.663.280	2.852.747	-	10.516.027	7.663.280	2.852.747	-	10.516.027
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.677.892	1.978.751	-	5.656.643	3.677.892	1.978.751	-	5.656.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.985.388	873.996	-	4.859.384	3.985.388	873.996	-	4.859.384
Posição Financiada	31.881.115	-	-	31.881.115	31.881.115	-	-	31.881.115
Letras do Tesouro Nacional - LTN	31.881.115	-	-	31.881.115	31.881.115	-	-	31.881.115
Posição Vendida	43.811.982	3.785.813	-	47.597.795	43.811.982	3.785.813	-	47.597.795
Letras do Tesouro Nacional - LTN	32.396.869	1.332.035	-	33.728.904	32.396.869	1.332.035	-	33.728.904
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.415.113	2.453.778	-	13.868.891	11.415.113	2.453.778	-	13.868.891
Total	118.113.994	6.638.560	87.245.508	211.998.062	118.922.334	8.564.741	960.104	128.447.179

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco				Consolidado			
	31/12/2025				31/12/2025			
	Ajuste ao Valor de Mercado				Ajuste ao Valor de Mercado			
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	119.332.968	(1.193.367)	-	118.139.601	103.713.112	(1.648.741)	-	102.064.371
Títulos Públicos	76.078.775	(769.094)	-	75.309.681	81.060.418	(1.008.129)	-	80.052.289
Títulos Privados	43.254.193	(424.273)	-	42.829.920	22.652.694	(640.612)	-	22.012.082
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	61.226.983	(779.594)	(1.780.603)	58.666.786	71.156.997	(779.594)	(2.695.873)	67.681.530
Títulos Públicos	61.226.983	(779.594)	(1.780.603)	58.666.786	71.156.997	(779.594)	(2.695.873)	67.681.530
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	113.409.313	118.890	-	113.528.203	118.044.845	(100.711)	-	117.944.134
Títulos Públicos	44.529.997	128.875	-	44.658.872	44.539.010	128.875	-	44.667.885
Títulos Privados	68.879.316	(9.985)	-	68.869.331	73.505.835	(229.586)	-	73.276.249
Total de Títulos e Valores Mobiliários	293.969.264	(1.854.071)	(1.780.603)	290.334.590	292.914.954	(2.529.046)	(2.695.873)	287.690.035

Em 31 de dezembro de 2025, o efeito no patrimônio líquido consolidado referente à classificação de categorias de instrumentos financeiros em função da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 foi um montante positivo de R\$1.925 milhões sendo R\$1.059 milhões líquido dos efeitos tributários. A classificação envolveu a transferência de instrumentos financeiros classificados como "Títulos Disponíveis para Venda" para Custo Amortizado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

II) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	31/12/2025	Abertura por Vencimento					Banco 31/12/2025
			Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	76.078.775	(769.094)	75.309.681	-	13.562.636	16.987.375	15.828.505	28.931.165	75.309.681
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.009.210	374	9.009.584	-	2.777.015	615.315	2.607.226	3.010.028	9.009.584
Notas do Tesouro Nacional - NTN	40.068.623	(744.557)	39.324.066	-	108.436	11.873.177	7.816.210	19.526.243	39.324.066
Letras do Tesouro Nacional - LTN	26.749.872	(24.759)	26.725.113	-	10.429.420	4.497.595	5.404.024	6.394.074	26.725.113
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.119	(222)	2.897	-	98	1.288	691	820	2.897
Títulos da Dívida Externa Brasileira	312	42	354	-	-	-	354	-	354
Títulos da Dívida Estrangeiros	247.639	28	247.667	-	247.667	-	-	-	247.667
Títulos Privados	43.254.193	(424.273)	42.829.920	27.127.294	44.667	481.681	4.416.113	10.760.165	42.829.920
Ações	1.748.069	(656.888)	1.091.181	1.091.181	-	-	-	-	1.091.181
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	132.527	(3.618)	128.909	-	-	-	6.874	122.035	128.909
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	76.632	(2.265)	74.367	-	-	-	723	73.644	74.367
Cotas de Fundos de Investimento	25.981.591	54.522	26.036.113	26.036.113	-	-	-	-	26.036.113
Debêntures	14.914.698	188.814	15.103.512	-	216	130.294	4.408.516	10.564.486	15.103.512
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	400.676	(4.838)	395.838	-	44.451	351.387	-	-	395.838
Total	119.332.968	(1.193.367)	118.139.601	27.127.294	13.607.303	17.469.056	20.244.618	39.691.330	118.139.601

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

									Consolidado
31/12/2025					Abertura por Vencimento				31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	81.060.418	(1.008.129)	80.052.289	-	13.562.997	17.804.236	17.949.076	30.735.980	80.052.289
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.938.150	1.050	10.939.200	-	2.777.377	683.268	4.325.253	3.153.302	10.939.200
Notas do Tesouro Nacional - NTN	41.960.433	(974.826)	40.985.607	-	108.436	11.873.177	7.816.210	21.187.784	40.985.607
Letras do Tesouro Nacional - LTN	27.910.765	(34.201)	27.876.564	-	10.429.419	5.246.503	5.806.568	6.394.074	27.876.564
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.119	(222)	2.897	-	98	1.288	691	820	2.897
Títulos da Dívida Externa Brasileira	312	42	354	-	-	-	354	-	354
Títulos da Dívida Estrangeira	247.639	28	247.667	-	247.667	-	-	-	247.667
Títulos Privados	22.652.694	(640.612)	22.012.082	5.335.861	45.499	482.908	4.448.877	11.698.937	22.012.082
Ações	3.407.048	(727.349)	2.679.699	2.679.699	-	-	-	-	2.679.699
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	133.229	(3.619)	129.610	-	-	-	6.935	122.675	129.610
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	76.664	(2.266)	74.398	-	-	-	726	73.672	74.398
Cotas de Fundos de Investimento	2.602.123	54.039	2.656.162	2.656.162	-	-	-	-	2.656.162
Letras Financeiras - LF	388.430	30	388.460	-	832	1.227	32.657	353.744	388.460
Debêntures	15.644.519	43.390	15.687.909	-	216	130.294	4.408.559	11.148.840	15.687.909
Certificado de Operações Estruturadas - COE	5	1	6	-	-	-	-	6	6
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	400.676	(4.838)	395.838	-	44.451	351.387	-	-	395.838
Total	103.713.112	(1.648.741)	102.064.371	5.335.861	13.608.496	18.287.144	22.397.953	42.434.917	102.064.371

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes

									Banco
									31/12/2025
									Abertura por Vencimento
									31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
		Resultado	Patrimônio Líquido						
Títulos Públicos	61.226.983	(779.594)	(1.780.603)	58.666.786	11.174.773	10.714.198	7.022.571	29.755.244	58.666.786
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30.684.259	-	59.131	30.743.390	9.075.942	10.714.199	7.022.571	3.930.678	30.743.390
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.327.729	(18.280)	(83.624)	9.225.825	2.098.831	(1)	-	7.126.995	9.225.825
Notas do Tesouro Nacional - NTN	21.214.984	(761.314)	(1.756.099)	18.697.571	-	-	-	18.697.571	18.697.571
Total	61.226.983	(779.594)	(1.780.603)	58.666.786	11.174.773	10.714.198	7.022.571	29.755.244	58.666.786

									Consolidado
									31/12/2025
									Abertura por Vencimento
									31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
		Resultado	Patrimônio Líquido						
Títulos Públicos	71.156.997	(779.594)	(2.695.873)	67.681.530	12.092.716	11.612.263	11.973.078	32.003.473	67.681.530
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	37.613.074	-	63.111	37.676.185	9.993.885	11.612.264	11.861.141	4.208.895	37.676.185
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.327.728	(18.280)	(83.624)	9.225.824	2.098.831	(1)	-	7.126.994	9.225.824
Notas do Tesouro Nacional - NTN	24.216.184	(761.314)	(2.675.349)	20.779.521	-	-	111.937	20.667.584	20.779.521
Total	71.156.997	(779.594)	(2.695.873)	67.681.530	12.092.716	11.612.263	11.973.078	32.003.473	67.681.530

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

IV) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

				Abertura por vencimento				Banco
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado (2)	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (1)	31/12/2025		31/12/2025					Total
Títulos Públicos	44.529.997	128.875	44.658.872	-	19.880.105	16.256.454	8.522.313	44.658.872
Letras do Tesouro Nacional - LTN	24.572.979	128.875	24.701.854	-	8.358.588	16.250.683	92.583	24.701.854
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.152.686	-	7.152.686	-	566.501	-	6.586.185	7.152.686
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	5.771	-	5.771	-	-	5.771	-	5.771
Títulos da Dívida Estrangeira	12.798.561	-	12.798.561	-	10.955.016	-	1.843.545	12.798.561
Títulos Privados	68.879.316	(9.985)	68.869.331	2.414.366	12.142.302	22.062.376	32.250.287	68.869.331
Debêntures	30.952.679	(8.463)	30.944.216	152.893	2.083.374	8.164.922	20.543.027	30.944.216
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	727.887	-	727.887	-	-	393.630	334.257	727.887
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	334.943	-	334.943	-	60.851	101.047	173.045	334.943
Cédula de Produto Rural - CPR	27.846.360	-	27.846.360	1.834.750	6.735.115	10.486.138	8.790.357	27.846.360
Eurobonds	86.107	-	86.107	-	-	10.077	76.030	86.107
Notas Promissórias - NP	5.326.785	-	5.326.785	426.723	1.757.912	1.668.973	1.473.177	5.326.785
Notas Comerciais	3.604.555	(1.522)	3.603.033	-	1.505.050	1.237.589	860.394	3.603.033
Total	113.409.313	118.890	113.528.203	2.414.366	32.022.407	38.318.830	40.772.600	113.528.203

Abertura por vencimento								Consolidado
								31/12/2025
	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no	Valor					
	Amortizado	Resultado (2)	Contábil	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (1)	31/12/2025		31/12/2025	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	
Títulos Públicos	44.539.010	128.875	44.667.885	—	19.880.105	16.256.454	8.531.326	44.667.885
Letras do Tesouro Nacional - LTN	24.572.976	128.875	24.701.851	—	8.358.588	16.250.683	92.580	24.701.851
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.152.686	—	7.152.686	—	566.501	—	6.586.185	7.152.686
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	5.771	—	5.771	—	—	5.771	—	5.771
Títulos da Dívida Estrangeira	12.798.561	—	12.798.561	—	10.955.016	—	1.843.545	12.798.561
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.016	—	9.016	—	—	—	9.016	9.016
Títulos Privados	73.505.835	(229.586)	73.276.249	2.414.366	12.218.839	21.250.983	37.392.061	73.276.249
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	334.943	—	334.943	—	60.851	101.047	173.045	334.943
Cédula de Produto Rural - CPR	27.846.360	—	27.846.360	1.834.750	6.735.115	10.486.138	8.790.357	27.846.360
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	727.887	—	727.887	—	—	393.630	334.257	727.887
Debêntures	35.470.324	(228.064)	35.242.260	152.893	2.083.374	7.353.529	25.652.464	35.242.260
Eurobonds	86.107	—	86.107	—	—	10.077	76.030	86.107
Notas Comerciais	3.713.429	(1.522)	3.711.907	—	1.581.587	1.237.589	892.731	3.711.907
Notas Promissórias - NP	5.326.785	—	5.326.785	426.723	1.757.912	1.668.973	1.473.177	5.326.785
Total	118.044.845	(100.711)	117.944.134	2.414.366	32.098.944	37.507.437	45.923.387	117.944.134

(1) O valor de mercado dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é de R\$ 116.499.

(2) Os ajustes ao valor de mercado refletidos no resultado tratam-se de instrumentos financeiros designados como estrutura de hedge accounting.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/07 a	Banco		Consolidado
	01/01 a		01/07 a	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	18.311.394	35.746.076	19.035.634	40.038.460
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.694.126	27.122.395	9.350.880	15.263.700
Resultado de Títulos de Renda Variável	(3.258.406)	(4.061.136)	(3.192.286)	(4.128.816)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	11.750	23.004
Provisão para Perdas por não Recuperação (1)	104.663	219.601	104.662	219.600
Outras (2)	1.189.019	2.242.035	351.845	625.534
Total	31.040.796	61.268.971	25.662.485	52.041.482

(1) Corresponde ao registro de reversões ou perdas de caráter permanente, referente aos títulos classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

(2) Inclui valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 327.242 no Banco e no Consolidado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	19.843.763	18.053.370	11.791.670	11.905.906
Opções	5.868.758	6.245.167	6.312.488	5.970.844
Contratos a Termo e Outros	41.187.748	35.870.144	40.639.691	34.881.292
Total	66.900.269	60.168.681	58.743.849	52.758.042
Circulante	46.520.927	41.728.634	45.460.335	40.231.907
Não Circulante	20.379.342	18.440.047	13.283.514	12.526.135

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	Banco				Consolidado	
	31/12/2025				31/12/2025	
Negociação	Valor Referencial ⁽¹⁾	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial ⁽¹⁾	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	1.485.041.092	534.250	1.790.393	1.105.348.145	(2.390.800)	(114.236)
Ativo	748.580.713	17.882.366	19.843.763	551.478.673	9.298.735	11.791.670
Juros	549.029.044	11.966.937	14.892.141	424.253.131	6.039.353	6.846.017
Moeda Estrangeira	179.715.191	4.863.559	6.407.067	125.487.312	3.257.875	4.942.313
Outros (2)	19.836.478	1.051.870	(1.455.445)	1.738.230	1.507	3.340
Passivo	736.460.379	(17.348.116)	(18.053.370)	553.869.472	(11.689.535)	(11.905.906)
Juros	602.208.526	(11.382.961)	(12.067.101)	510.279.375	(10.369.508)	(10.349.447)
Moeda Estrangeira	131.184.290	(5.773.916)	(5.795.865)	42.496.945	(1.150.742)	(1.366.055)
Outros (2)	3.067.563	(191.239)	(190.404)	1.093.152	(169.285)	(190.404)
Opções	759.167.701	(3.806.839)	(376.409)	724.241.728	(2.364.529)	341.644
Compromissos de Compra	317.439.086	4.796.630	5.868.758	300.697.253	4.436.345	6.312.488
Opções de Compra Moeda Estrangeira	21.172.049	2.374.008	2.066.252	20.042.978	2.152.833	2.066.252
Opções de Venda Moeda Estrangeira	24.903.909	994.144	1.146.628	15.954.554	855.034	900.935
Opções de Compra Outras	19.063.445	887.741	2.527.043	12.400.038	887.741	3.216.467

Relatório da Administração	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações		Declarações dos			
		Financeiras	Notas Explicativas		Diretores		
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.							
Mercado Interfinanceiro		12.341.391	555.307	1.598.395	5.677.984	555.307	2.287.818
Opções de Risco de Juros		6.722.054	332.434	928.648	6.722.054	332.434	928.649
Opções de Venda Outras		252.299.683	540.737	128.835	252.299.683	540.737	128.834
Mercado Interfinanceiro		204.462	113.366	74.030	204.462	113.366	74.030
Opções de Risco de Juros		252.095.221	427.371	54.805	252.095.221	427.371	54.804
Compromissos de Venda		441.728.615	(8.603.469)	(6.245.167)	423.544.475	(6.800.874)	(5.970.844)
Opções de Compra Moeda Estrangeira		19.620.555	(692.503)	(430.424)	11.780.868	(629.651)	(430.424)
Opções de Venda Moeda Estrangeira		14.311.067	(877.141)	(753.862)	12.130.582	(637.961)	(681.040)
Opções de Compra Outras		96.482.001	(5.741.350)	(4.015.121)	90.098.059	(4.452.630)	(3.443.887)
Mercado Interfinanceiro		31.536.833	(3.794.549)	(2.416.960)	25.152.891	(2.505.829)	(1.845.726)
Opções de Risco de Juros		64.945.168	(1.946.801)	(1.598.161)	64.945.168	(1.946.801)	(1.598.161)
Opções de Venda Outras		311.314.992	(1.292.475)	(1.045.760)	309.534.966	(1.080.632)	(1.415.493)
Mercado Interfinanceiro		4.640.145	(451.491)	(137.438)	2.860.119	(239.648)	(507.171)
Opções de Risco de Juros		306.674.847	(840.984)	(908.322)	306.674.847	(840.984)	(908.322)
Contratos de Futuros		567.709.896	(54.829)	-	567.709.896	(54.829)	-
Posição Comprada		283.663.279	-	-	283.663.279	-	-
Cupom Cambial (DDI)		95.881.997	-	-	95.881.997	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)		160.220.757	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira		21.182.934	-	-	21.182.934	-	-
Índice (3)		3.206.380	-	-	3.206.380	-	-
Treasury Bonds/Notes		3.171.211	-	-	3.171.211	-	-
Posição Vendida		284.046.617	(54.829)	-	284.046.617	(54.829)	-
Cupom Cambial (DDI)		95.902.371	-	-	95.902.371	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)		160.220.757	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira		21.545.898	(54.829)	-	21.545.898	(54.829)	-
Índice (3)		3.206.380	-	-	3.206.380	-	-
Treasury Bonds/Notes		3.171.211	-	-	3.171.211	-	-
Contratos a Termo e Outros		513.234.850	(38.087.679)	5.317.604	480.123.205	(37.395.965)	5.758.399
Compromissos de Compra		237.413.496	6.401.320	41.187.748	221.363.620	5.957.072	40.639.691
Moedas		163.133.706	5.630.881	8.658.109	154.265.360	5.618.233	8.490.694
Outros (2)		74.279.790	770.439	32.529.639	67.098.260	338.839	32.148.997
Compromissos de Venda		275.821.354	(44.488.999)	(35.870.144)	258.759.585	(43.353.037)	(34.881.292)
Moedas		201.046.354	(43.543.529)	(3.010.203)	191.491.609	(42.844.482)	(2.513.427)
Outros (2)		74.775.000	(945.470)	(32.859.941)	67.267.976	(508.555)	(32.367.865)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

								Banco
								Valor Referencial
								</

								Consolidado	
								Valor Referencial	
						Abertura por Vencimento	Mercado de Negociação		
Contraparte									
31/12/2025						31/12/2025	31/12/2025		
	Partes	Instituições		Até	De 3 a	Acima de			
Cientes	Relacionadas	Financeiras (1)	Total	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Bolsas ⁽²⁾	Balcão ⁽³⁾	
Swap	992.158.893	34.938.134	78.251.118	1.105.348.145	229.440.602	122.788.587	753.118.956	71.829.722	1.033.518.423
Opções	114.591.752	13.026.477	596.623.499	724.241.728	235.359.168	389.872.228	99.010.332	539.875.480	184.366.248
Contratos de Futuros	6.586.544	308.134	560.815.218	567.709.896	158.211.485	157.998.367	251.500.044	567.339.980	369.916
Contratos a Termo e Outros	101.830.948	280.773.439	97.518.818	480.123.205	270.558.427	118.706.257	90.858.521	20.496.769	459.626.436

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de *hedge* contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos. A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue:

- Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*,
- Para operações ativas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de *hedge*) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de *hedge*).

Em *hedge* de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de *hedge*), utiliza-se como instrumento de *hedge* contratos futuros ou *swaps* de taxas de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.

Em *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de dezembro de 2025, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

						Banco
						31/12/2025
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)
<i>Contratos de Swap</i>	1.772.953	1.772.396	1.664.551	1.664.551	108.402	107.845
Hedge de Operações de Crédito	1.206.323	1.208.934	1.166.421	1.166.421	39.902	42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500	65.332
<i>Contratos de Futuros</i>	65.258.120	63.114.906	64.712.636	62.526.669	545.484	588.237
Hedge de Operações de Crédito	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359	196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	55.187.708	52.690.842	55.116.924	52.602.490	70.784	88.352
Hedge de Captações	8.335.836	8.843.253	8.030.495	8.539.669	305.341	303.584
Hedge de Fluxo de Caixa						
<i>Contratos de Futuros</i>	75.691.789	76.698.781	76.258.560	77.325.400	(566.771)	(626.619)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.803.656	6.864.200	6.048.160	7.115.000	(244.504)	(250.800)
Hedge de Captações	69.888.133	69.834.581	70.210.400	70.210.400	(322.267)	(375.819)

						Consolidado
						31/12/2025
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)
<i>Contratos de Swap</i>	1.772.953	1.772.396	1.664.551	1.664.551	108.402	107.845
Hedge de Operações de Crédito	1.206.323	1.208.934	1.166.421	1.166.421	39.902	42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500	65.332
<i>Contratos de Futuros</i>	65.258.120	63.114.906	64.712.636	62.526.669	545.484	588.237
Hedge de Operações de Crédito	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359	196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	55.187.708	52.690.842	55.116.924	52.602.490	70.784	88.352
Hedge de Captações	8.335.836	8.843.253	8.030.495	8.539.669	305.341	303.584
Hedge de Fluxo de Caixa						
<i>Contratos de Swap</i>	7.230.278	8.643.506	6.496.348	8.021.917	733.930	621.589
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	7.230.278	8.643.506	6.496.348	8.021.917	733.930	621.589
<i>Contratos de Futuros</i>	75.691.789	76.698.781	76.258.560	77.325.400	(566.771)	(626.619)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.803.656	6.864.200	6.048.160	7.115.000	(244.504)	(250.800)
Hedge de Captações	69.888.133	69.834.581	70.210.400	70.210.400	(322.267)	(375.819)

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos ou passivos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta ativa ou passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco				Consolidado			
	31/12/2025				31/12/2025			
Estratégias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Hedge de Risco de Mercado								
<i>Contratos de Swap</i>	1.166.421	-	498.130	1.664.551	1.166.421	-	498.130	1.664.551
Hedge de Operações de Crédito	1.166.421	-	-	1.166.421	1.166.421	-	-	1.166.421
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	498.130	498.130	-	-	498.130	498.130
<i>Contratos de Futuros</i>	7.848.077	23.945.637	30.732.955	62.526.669	7.848.077	23.945.637	30.732.955	62.526.669
Hedge de Operações de Crédito	213.737	982.509	188.264	1.384.510	213.737	982.509	188.264	1.384.510
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.431.099	20.862.408	26.308.983	52.602.490	5.431.099	20.862.408	26.308.983	52.602.490
Hedge de Captações	2.203.241	2.100.720	4.235.708	8.539.669	2.203.241	2.100.720	4.235.708	8.539.669
Hedge de Fluxo de Caixa								
<i>Contratos de Swap</i>	-	-	-	-	-	-	8.021.917	8.021.917
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	8.021.917	8.021.917
<i>Contratos de Futuros</i>	7.410.000	10.325.000	59.590.400	77.325.400	7.410.000	10.325.000	59.590.400	77.325.400
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	6.715.000	-	400.000	7.115.000	6.715.000	-	400.000	7.115.000
Hedge de Captações	695.000	10.325.000	59.190.400	70.210.400	695.000	10.325.000	59.190.400	70.210.400

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e total *return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

		Banco/Consolidado	
		Valor Nominal	
		31/12/2025	
		Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos		-	7.950.397
Total		-	7.950.397

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.894.447	18.735.636
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.971.113	15.971.113
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.285.590	7.063.913
Total	31.151.150	41.770.662

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

7. Outros Ativos Financeiros**a) Outros Ativos Financeiros**

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Negociação e Intermediação de Valores	745.563	10.163.491
Relações Interfinanceiras	119.219.756	119.931.424
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	3.072.035	3.072.035
Total	123.037.354	133.166.950
Circulante	121.157.120	122.639.618
Não Circulante	1.880.235	10.527.332

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	323.614	8.941.971
Caixas de Registro e Liquidação	6.436	40.309
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	64.533	780.883
Bolsas - Depósitos em Garantia	312.175	312.175
Outros	38.805	88.153
Total	745.563	10.163.491
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.702.186	10.157.175
Credores - Conta Liquidações Pendentes	33.979	499.911
Credores por Empréstimos de Ações	-	1.489.859
Caixas de Registro e Liquidação	-	254.626
Comissões e Corretagens a Pagar	1.788	4.131
Outros	65.696	65.927
Total	1.803.649	12.471.629

8. Carteira de Créditos**a) Carteira de Créditos**

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Operações de Crédito	365.651.162	462.212.788
Empréstimos e Títulos Descontados	228.919.438	232.861.034
Financiamentos	46.104.661	138.724.693
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	20.203.732	20.203.732
Financiamentos Imobiliários	70.423.331	70.423.329
Operações de Arrendamento Mercantil	-	3.600.813
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 11).	7.831.380	7.831.380
Outros Créditos	83.640.484	96.398.260
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	3.072.035	3.072.035
Outros Créditos Diversos (Nota 11) (1)	80.568.449	93.326.225
Total (2)	457.123.026	570.043.241

(1) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 11).

(2) Inclui as receitas e as despesas relativas aos custos de transação dos instrumentos financeiros utilizando a taxa de juros efetiva ou taxa de juros contratual em conformidade com BCB nº 352 Art.90, nos montantes de R\$ 219 milhões e R\$ 1.125 milhões no Banco e no Consolidado, respectivamente.

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as cessões sem coobrigação foram no montante de R\$ 13.406 milhões em Carteira de Prejuízo, auferindo uma receita de recuperação de R\$ 578.671. Esses montantes referiam-se majoritariamente a operações de financiamentos e títulos descontados com terceiros.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 16.768.

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória em determinadas situações. O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra. A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimentos**b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil**

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Vencidas (1)	32.080.446	41.455.677
A vencer:		
Até 3 meses	20.540.753	21.072.028
De 3 a 12 meses	65.712.659	71.554.206
Acima de 12 meses	247.317.304	331.731.690
Total	365.651.162	465.813.601

(1) O saldo considera a totalidade das parcelas de contratos que apresentem ao menos uma parcela em atraso, ainda que as demais não estejam vencidas.

b.2) Outros Créditos e Adiantamentos

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Vencidas	1.919.383	2.076.976
A vencer:		
Até 3 meses	17.527.523	19.093.089
De 3 a 12 meses	68.253.501	77.535.972
Acima de 12 meses	3.771.457	5.523.603
Total	91.471.864	104.229.640

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Setor Privado	451.899.387	564.780.488
Indústria	79.896.637	85.108.984
Comércio	54.971.362	66.367.026
Instituições Financeiras	2.167.346	2.183.588
Serviços e Outros (1)	60.340.107	71.172.365
Pessoas Físicas	247.282.218	332.612.376
Cartão de Crédito	65.414.454	65.414.454
Crédito Imobiliário	67.814.178	67.814.178
Crédito Consignado	61.147.602	61.147.602
Financiamento e Leasing de Veículos	151.157	80.785.771
Outros (2)	52.754.827	57.450.371
Agricultura	7.241.717	7.336.149
Setor Público	5.223.639	5.262.753
Governos	5.223.639	5.262.753
Total	457.123.026	570.043.241

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

d) Concentração de Crédito

	Consolidado 31/12/2025	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1) e Títulos e Valores Mobiliários (2)	Risco	%
Maior Devedor	6.248.379	0,9 %
10 Maiores	40.321.298	5,6 %
20 Maiores	60.262.238	8,4 %
50 Maiores	96.242.042	13,4 %
100 Maiores	129.353.856	18,0 %

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

9. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

a) Operações de Crédito ou com Característica de Concessão de Crédito

	31/12/2025				31/12/2025			
	Banco				Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito e com características de concessão de crédito								
Operações de crédito (1)	4.165.485	3.929.148	22.770.446	30.865.079	6.201.137	4.265.889	25.797.310	36.264.336
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	9.351	605	11.936	21.892
Outros recebíveis (2)	886.275	941.899	2.210.182	4.038.356	965.767	947.129	2.510.951	4.423.847
Total Provisão de Crédito	5.051.760	4.871.047	24.980.628	34.903.435	7.176.255	5.213.623	28.320.197	40.710.075
Títulos e Valores Mobiliários	200.158	248.927	2.537.386	2.986.471	220.511	209.595	2.537.386	2.967.492
Outros Instrumentos Financeiros	1.486	-	190.551	192.037	1.486	-	190.551	192.037
Total	5.253.404	5.119.974	27.708.565	38.081.943	7.398.252	5.423.218	31.048.134	43.869.604
Exposição da Carteira de Crédito (3)	401.086.094	19.189.619	36.720.116	456.995.829	505.794.101	21.495.576	42.626.250	569.915.927
Exposição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (4)	58.689.914	4.991.817	5.187.600	68.869.331	63.096.830	4.991.817	5.187.602	73.276.249

- (1) Inclui empréstimos, financiamentos e outros créditos com característica de crédito.
- (2) Referem-se, substancialmente, a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber com característica de concessão de crédito.
- (3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 127 milhões, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com Instrução Normativa BCB nº 276/2022 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.
- (4) Carteira composta por Títulos Privados mensurados a custo amortizado.

O saldo de provisão para perdas associadas ao risco de crédito de limites e avais em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.192 milhões no Banco e Consolidado (Nota 18).

Os impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, registrados em lucros acumulados no patrimônio líquido do Banco e Consolidado foi de um incremento na provisão de R\$ 5.635 milhões (R\$ 3.249 milhões líquidos dos efeitos tributários).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Movimentação Entre Estágios da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

Estágio 1	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Banco Saldo final - 31/12/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	7.219.299	2.797.627	(6.938.257)	(931.569)	1.775.131	1.131.015	-	5.053.246
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	162.950	97.940	(74.306)	(33.225)	24.476	22.323	-	200.158
Total	7.382.249	2.895.567	(7.012.563)	(964.794)	1.799.607	1.153.338	-	5.253.404

Estágio 2	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Saldo final - 31/12/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	2.632.587	6.873.571	(1.775.131)	(10.517.124)	6.938.257	718.887	-	4.871.047
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	35.881	177.762	(24.476)	(61.134)	74.306	46.588	-	248.927
Total	2.668.468	7.051.333	(1.799.607)	(10.578.258)	7.012.563	765.475	-	5.119.974

Estágio 3	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Saldo final - 31/12/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	22.287.125	13.214.194	(1.131.015)	(718.887)	931.569	10.517.124	(19.928.931)	25.171.179
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	2.673.433	(161.495)	(22.323)	(46.588)	33.225	61.134	-	2.537.386
Total	24.960.558	13.052.699	(1.153.338)	(765.475)	964.794	10.578.258	(19.928.931)	27.708.565

(1) Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme descrito na nota 2, item b.

(2) Inclui os resultados de constituições (reversões).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estágio 1	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Consolidado Saldo final - 31/12/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	10.271.187	2.697.683	(8.581.413)	(1.235.510)	2.208.005	1.817.789	-	7.177.741
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	216.428	64.840	(74.331)	(33.225)	24.476	22.323	-	220.511
Total	10.487.615	2.762.523	(8.655.744)	(1.268.735)	2.232.481	1.840.112	-	7.398.252

Estágio 2	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Saldo final - 31/12/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	2.794.888	7.245.395	(2.208.005)	(12.080.235)	8.581.413	880.167	-	5.213.623
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	44.980	129.306	(24.476)	(61.134)	74.331	46.588	-	209.595
Total	2.839.868	7.374.701	(2.232.481)	(12.141.369)	8.655.744	926.755	-	5.423.218

Estágio 3	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Saldo final - 31/12/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	25.856.115	15.043.927	(1.817.789)	(880.167)	1.235.510	12.080.235	(23.007.083)	28.510.748
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	3.023.653	102.639	(22.323)	(46.588)	33.225	61.134	(614.354)	2.537.386
Total	28.879.768	15.146.566	(1.840.112)	(926.755)	1.268.735	12.141.369	(23.621.437)	31.048.134

(1) Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme descrito na nota 2, item b.

(2) Inclui os resultados de constituições (reversões).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Movimentação Entre Estágios da Carteira de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

Estágio 1	Movimentação das Carteiras							Banco Saldo final - 31/12/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	412.489.399	24.951.840	(43.444.314)	(5.659.884)	9.956.015	2.793.038	-	401.086.094
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	54.796.705	10.243.899	(6.745.857)	(942.220)	1.298.905	38.482	—	58.689.914
Total	467.286.104	35.195.739	(50.190.171)	(6.602.104)	11.254.920	2.831.520	—	459.776.008

Estágio 2	Movimentação das Carteiras							Saldo final - 31/12/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	5.922.400	3.709.816	(9.956.015)	(25.187.465)	43.444.314	1.256.569	-	19.189.619
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	3.214.347	(2.929.809)	(1.298.905)	(1.043.712)	6.745.857	304.039	—	4.991.817
Total	9.136.747	780.007	(11.254.920)	(26.231.177)	50.190.171	1.560.608	—	24.181.436

Estágio 3	Movimentação das Carteiras							Saldo final - 31/12/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	32.231.812	(2.380.507)	(2.793.038)	(1.256.569)	5.659.884	25.187.465	(19.928.931)	36.720.116
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	3.926.993	(382.804)	(38.482)	(304.039)	942.220	1.043.712	—	5.187.600
Total	36.158.805	(2.763.311)	(2.831.520)	(1.560.608)	6.602.104	26.231.177	(19.928.931)	41.907.716

(1) Inclui os efeitos da alteração entre categorias dos títulos e valores mobiliários decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme descrito na nota 2, item b.

(2) Inclui juros sobre as carteiras, novas concessões, liquidações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estágio 1	Movimentação das Carteiras							Consolidado
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	505.922.130	44.432.998	(52.435.621)	(7.726.690)	11.647.128	3.954.156	-	505.794.101
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	58.647.549	10.802.307	(6.748.193)	(942.220)	1.298.905	38.482	—	63.096.830
Total	564.569.679	55.235.305	(59.183.814)	(8.668.910)	12.946.033	3.992.638	—	568.890.931

Estágio 2	Movimentação das Carteiras							Saldo final - 31/12/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	6.502.936	3.629.988	(11.647.128)	(30.954.198)	52.435.621	1.528.357	-	21.495.576
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	3.214.347	(2.932.145)	(1.298.905)	(1.043.712)	6.748.193	304.039	—	4.991.817
Total	9.717.283	697.843	(12.946.033)	(31.997.910)	59.183.814	1.832.396	—	26.487.393

Estágio 3	Movimentação das Carteiras							Saldo final - 31/12/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	37.231.583	(4.796.625)	(3.954.156)	(1.528.357)	7.726.690	30.954.198	(23.007.083)	42.626.250
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	3.926.993	231.552	(38.482)	(304.039)	942.220	1.043.712	(614.354)	5.187.602
Total	41.158.576	(4.565.073)	(3.992.638)	(1.832.396)	8.668.910	31.997.910	(23.621.437)	47.813.852

(1) Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme descrito na nota 2, item b.

(2) Inclui os resultados de constituições (reversões).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c.1) Movimentação da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco	Consolidado
	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Saldo Inicial	33.510.588	37.895.277
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	1.500.687	4.311.974
Saldos em 1 de janeiro de 2025	35.011.275	42.207.251
Constituições Líquidas das Reversões	22.999.599	25.283.790
Write-offs	(19.928.931)	(23.621.437)
Saldo Final	38.081.943	43.869.604
Créditos Recuperados	2.528.722	3.198.203

d) Instrumentos Financeiros Renegociados e Reestruturados

d.1) Instrumentos Financeiros Renegociados

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
	Novos Instrumentos Reconhecidos	Novos Instrumentos Reconhecidos
Instrumentos Financeiros Renegociados	16.156.352	17.762.872
Operações de Crédito	16.156.352	17.762.872

d.2) Instrumentos Financeiros Reestruturados

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Estoque de Ativos Renegociados (1)	43.958.103	49.415.900
Percentual dos Ativos Reestruturados (%) (2)	48 %	49 %
Ganho (Perda) Líquidos Reconhecidos	(2.688.035)	(3.240.091)

(1) Inclui os ativos reestruturados, ou seja, renegociações que impliquem concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

(2) Percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renegociados, incluindo os reestruturados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

10. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Ativos Fiscais Diferidos	50.833.229	54.809.420
Impostos e Contribuições a Compensar	11.691.540	14.105.120
Total	62.524.769	68.914.540
Circulante	2.456.396	2.846.177
Não Circulante	60.068.373	66.068.363

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origem				Banco
	31/12/2025	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	76.259.880	30.479.442	9.632.554	(5.795.050)	34.316.946
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.152.249	1.382.541	804.792	(768.822)	1.418.511
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.032.090	1.164.935	392.401	(642.895)	914.441
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	3.692.722	2.329.350	1.729.093	(2.200.159)	1.858.284
Ágio	-	44.568	-	(44.568)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	4.562.380	2.413.306	-	(890.553)	1.522.753
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	6.112.069	3.449.034	2.300.722	(2.843.008)	2.906.748
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	493.248	169.026	269.821	(216.886)	221.961
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.430.945	585.412	883.364	(841.792)	626.984
Outras Provisões Temporárias (3)	4.784.445	1.758.910	2.404.200	(2.330.872)	1.832.238
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	102.520.028	43.776.524	18.416.947	(16.574.605)	45.618.866
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	11.392.924	5.215.537	81.581	(82.755)	5.214.363
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	113.912.952	48.992.061	18.498.528	(16.657.360)	50.833.229

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Origem				Consolidado
	31/12/2025	01/01/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	81.923.193	33.875.099	9.887.369	(7.035.552)	36.726.916
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.358.378	1.470.955	874.227	(839.711)	1.505.471
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.165.154	1.223.238	415.043	(662.417)	975.864
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.047.970	2.447.843	1.783.752	(2.236.758)	1.994.837
Ágio	-	44.568	-	(44.568)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	4.802.814	2.493.698	18.334	(896.441)	1.615.591
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	7.047.346	3.871.906	2.882.221	(3.445.999)	3.308.128
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	553.731	174.341	285.569	(216.886)	243.024
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.772.562	769.754	954.997	(941.327)	783.424
Outras Provisões Temporárias (3)	5.618.915	2.215.041	2.747.739	(2.598.459)	2.364.321
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	111.290.063	48.586.443	19.849.251	(18.918.118)	49.517.576
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	11.588.809	5.486.349	86.481	(280.986)	5.291.844
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	122.878.872	54.072.792	19.935.732	(19.199.104)	54.809.420

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

(4) Os efeitos do saldo diferido da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito após a adoção da norma CMN 4.966/2021 em 01/01/2025 foram de R\$ 1.268 milhões no Banco e de R\$ 2.420 milhões no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2025, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$ 154.494.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15/2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

					Banco 31/12/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total Registrado
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS		
2026	4.798.063	3.951.460	116.313	-	8.865.836
2027	3.621.275	2.957.047	116.031	1.066.703	7.761.056
2028	3.609.699	2.830.162	115.712	2.298.701	8.854.274
2029	3.200.055	2.574.077	115.437	1.848.959	7.738.528
2030	2.580.584	2.246.978	8.529	-	4.836.091
2031 a 2035	7.195.680	5.557.424	24.340	-	12.777.444
Total	25.005.356	20.117.148	496.362	5.214.363	50.833.229

					Consolidado 31/12/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total Registrado
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS		
2026	5.822.456	4.636.635	127.390	36.844	10.623.325
2027	4.354.354	3.452.014	126.994	1.090.696	9.024.058
2028	3.946.177	3.035.663	125.862	2.304.325	9.412.027
2029	3.328.482	2.654.403	125.586	1.854.527	7.962.998
2030	2.625.118	2.277.582	9.222	3.730	4.915.652
2031 a 2035	7.248.832	5.596.466	24.340	1.722	12.871.360
Total	27.325.419	21.652.763	539.394	5.291.844	54.809.420

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

A expectativa de realização dos Ativos Fiscais Diferidos considera os impactos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 (ver Nota 2, item b.3). A expectativa de realização dos créditos tributários relativos a Perdas Associadas ao Risco de Crédito apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, poderão ser deduzidas a partir do mês de janeiro de 2026, em um prazo de à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos). De acordo com a Lei nº 14.467/2022 as entidades puderam optar até 31 de dezembro de 2025 qual prazo seria utilizado para dedução fiscal desse saldo. A decisão permanente foi tomada pela administração em dezembro de 2025 e o estudo de realização dos créditos tributários considera 1/120 (10 anos) para as empresas Banco Santander (Brasil) S.A., Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e, considera 1/84 (7 anos) para as empresas Banco RCI Brasil S.A. e Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

A Lei Complementar 224/25 aumentou as alíquotas de CSLL para as empresas financeiras e de capitalização e essa remensuração do crédito tributário já está considerada nesta nota.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$ 36.863.488 no Banco e R\$ 40.180.042 no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Passivos Fiscais Diferidos	4.809.465	6.746.835
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	367.543	1.340.034
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	1.234.335	4.655.275
Total	6.411.343	12.742.144
Circulante	1.596.407	3.462.330
Não Circulante	4.814.936	9.279.814

(1) Inclui a parcela equivalente a R\$ 349.124 no Banco e R\$ 3.089.109 no Consolidado, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide nota 20.e)

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origem				Banco
	31/12/2025	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	4.990.149	3.029.165	9.483.714	(10.123.513)	2.389.366
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.685.899	1.519.085	1.871.005	(1.625.674)	1.764.416
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.100	5.289	-	(14)	5.275
Outros (2)	1.445.764	653.847	-	(3.439)	650.408
Total	10.142.912	5.207.386	11.354.719	(11.752.640)	4.809.465

	Origem				Consolidado
	31/12/2025	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	6.945.708	4.274.911	12.372.374	(13.488.479)	3.158.806
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.766.752	1.675.462	1.887.386	(1.753.518)	1.809.330
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.882.802	451.649	20.519	(1.468)	470.700
Outros (2)	3.451.438	1.406.696	608.748	(707.445)	1.307.999
Total	16.046.700	7.808.718	14.889.027	(15.950.910)	6.746.835

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui a atualização da provisão entre Banco Santander e Esfera e o reconhecimento de passivo fiscal diferido oriundo da Pluxee.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano				Banco 31/12/2025
	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrado
2026	571.090	402.840	100.859	1.074.789
2027	571.090	402.840	100.859	1.074.789
2028	571.090	402.840	100.859	1.074.789
2029	569.332	402.840	100.859	1.073.031
2030	19.224	15.361	-	34.585
2031 a 2035	96.120	76.803	-	172.923
Após 2036	169.199	135.360	-	304.559
Total	2.567.145	1.838.884	403.436	4.809.465

Ano				Consolidado 31/12/2025
	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrado
2026	1.007.080	505.546	123.178	1.635.804
2027	1.013.153	512.712	124.734	1.650.599
2028	774.154	504.232	122.303	1.400.689
2029	759.312	499.739	121.824	1.380.875
2030	84.585	67.028	-	151.613
2031 a 2035	128.167	80.431	-	208.598
Após 2036	169.201	149.456	-	318.657
Total	3.935.652	2.319.144	492.039	6.746.835

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco 01/01 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	14.818.701	20.038.364
Participações no Lucro (1)	(1.959.014)	(2.730.411)
Resultado não Realizado	-	(176)
Resultado antes dos Impostos	12.859.687	17.307.777
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	(5.786.859)	(7.788.500)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	4.166.105	146.414
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.618.561	1.936.993
Juros sobre o Capital Próprio	2.661.674	3.376.308
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	89.708	182.247
Efeito da Diferença da Alíquota de CSLL (3)	-	970.695
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(145.049)	(375.831)
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.604.140	(1.551.674)
Impostos Correntes	(140.564)	(3.490.530)
Imposto de renda e contribuição social do período	(140.564)	(3.490.530)
Impostos Diferidos	2.745.877	1.938.809
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	2.745.877	1.938.809
Movimentação do Período:	(82.755)	(82.755)
Base Negativa de Contribuição Social	(82.755)	(82.755)
Constituição no período sobre:	81.582	82.802
Base Negativa de Contribuição Social	39.328	39.676
Prejuízo Fiscal	42.254	43.126
Total dos impostos diferidos	2.744.704	1.938.856
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.604.140	(1.551.674)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9% e 15%.

e) Despesas Tributárias

	Banco 01/01 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Despesa com Cofins	2.755.343	3.956.031
Despesa com ISS	740.099	1.004.670
Despesa com PIS	447.743	672.330
Outras	238.023	316.444
Total	4.181.208	5.949.475

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

11. Outros Ativos

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)	80.304.976	92.838.170
Devedores por Depósitos em Garantia:		
Para Interposição de Recursos Fiscais	4.861.297	6.921.832
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.902.461	2.997.470
Outros - Cíveis	780.178	989.291
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	242.904	242.904
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496
Pagamentos a Ressarcir	45.901	46.596
Adiantamentos Salariais	107.027	523.147
Adiantamentos de Contratos de Energia	-	2.972.112
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	7.831.380	7.831.380
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	316.071	387.886
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	263.473	488.055
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	17.141.209	474.005
Rendas a Receber	4.295.561	3.759.148
Outros Valores e Bens	1.487.750	1.507.012
Outros (1)	4.485.955	11.530.234
Total	125.066.639	133.509.738
Circulante	113.238.081	119.504.180
Não Circulante	11.828.558	14.005.558

(1) O saldo é composto majoritariamente por despesas antecipadas e recursos a liquidar provenientes de operações estruturadas.

12. Informações das Dependências no Exterior

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman (1)	Agência de Luxemburgo(1)
	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado do Período	2.430.039	2.430.677

	Agência Grand Cayman (1)	Agência de Luxemburgo (1)
	31/12/2025	31/12/2025
Ativo		
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	151.083.884	138.238.570
Ativo Permanente	31	-
Total do Ativo	151.083.915	138.238.570
Passivo		
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	117.564.694	107.399.778
Patrimônio Líquido	33.519.221	30.838.792
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	151.083.915	138.238.570

(1) A moeda funcional é o Real.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

13. Participações de Controladas e Coligadas**a) Perímetro de Consolidação**

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		Participação Direta	31/12/2025
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		Participação Consolidada
Controladas do Banco Santander					
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)	Financeira	50.159	-	100,00 %	100,00 %
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89 %	39,89 %
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00 %	100,00 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	-	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00 %	100,00 %
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60 %	94,60 %
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00 %	100,00 %
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	-	100,00 %	100,00 %
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	872.186	-	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora de Valores	14.067.640	14.067.640	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora de Seguros	7.184	-	100,00 %	100,00 %
Santander Holding Imobiliária S.A.	Outras	558.601	-	100,00 %	100,00 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	164	-	100,00 %	100,00 %
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00 %	100,00 %
Pulse Client Expert Ltda. (nova denominação social da SX Negócios)	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)					
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Tecnologia	500.411	-	100,00 %	100,00 %
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00 %	50,00 %
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00 %	100,00 %
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora de Valores	21.559	-	50,09 %	50,09 %
Toro Investimentos S.A. (1)	Investimentos	44.101	-	13,23 %	13,23 %
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	289.362	-	86,77 %	86,77 %

Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Auto S.A.	Seguradora	22.452	-	50,00 %	50,00 %

(1) A Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A é controlador da Toro Investimentos S.A. indiretamente.

					31/12/2025
Investimentos	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidada
Influência Significativa do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	Outras	5.076	1.736	11,11 %	11,11 %
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56 %	15,56 %
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núcleo S.A.	Outras	9.248	-	17,53 %	17,53 %
Pluxee Benefícios Brasil S.A	Benefícios	191.342	-	20,00 %	20,00 %
Controladas da Santander Corretora de Seguros					
América Gestão Serviços em Energia S.A.	Energia	653	-	70,00 %	70,00 %
Fit Economia de Energia S.A.	Energia	10.400	-	65,00 %	65,00 %
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	50,00 %	50,00 %
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros					
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	18,35 %	18,35 %
Tecnologia Bancária S.A.	Outras	743.944	68.771	18,98 %	18,98 %
Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbone S.A.	Outras	20.000	-	16,66 %	16,66 %
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	30,00 %	30,00 %
Controlada da Webmotors S.A.					
	Prestação de				
Loop Gestão de Pátios S.A.	Serviços	23.243	-	51,00 %	15,30 %
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Tecnologia	6.591	-	66,67 %	20,00 %
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.					
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	100	-	100,00 %	20,00 %
Controlada da Tecnologia Bancária S.A.					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.	Outras	552.004	-	100,00 %	18,98 %
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	10.800	-	100,00 %	18,98 %
Controlada da Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda.	Outras	517.505	-	100,00 %	18,98 %
Fundos de Investimentos Consolidados					
- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas); - Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina); - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá); - Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo; - Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3); - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1); - Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2); - Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3); - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4); - Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos; - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (4); - Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior; - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet; - Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (4);					

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Sainte Julie Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados Responsabilidade Limitada;
- D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4);
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
- San Preca Federal I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada;
- Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Conretorno - Responsabilidade Limitada;
- Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
- Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- Santander Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento Financeiro Responsabilidade Limitada;
- Santander Módulo MX III Renda Fixa Referenciado DI CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA II Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA III Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada; e
- Terras Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio - Fiagro - Resp Limitada.

- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% dessas cotas.
- (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam imóveis como garantia. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e de seu fundo exclusivo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (4) Fundo controlado pela Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Adicionalmente, foi consolidada a entidade Vert-11 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pois o Banco Santander tem controle total sobre seus ativos.

b) Composição dos Investimentos

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo)	Valor dos Investimentos	Banco Resultado da Equivalência Patrimonial
		01/01 a		01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Controladas pelo Banco Santander				
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)	4.708.950	2.845.286	4.708.950	2.845.286
Banco RCI Brasil S.A.	1.258.945	346.111	502.205	138.067
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	243.560	29.150	243.560	29.150
Esfera Fidelidade S.A.	888.662	872.577	888.662	872.577
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	375.520	605.099	375.520	605.099
Sancap Investimentos e Participações S.A.	1.179.837	707.838	1.179.837	707.838
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	989.007	537.407	989.007	537.407
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.106.655	181.234	1.106.652	181.233
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	6.376.378	2.099.752	6.376.378	2.099.752
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	10.249.940	836.249	10.249.940	836.249
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	225.219	27.939	225.219	27.939
Influência Significativa pelo Banco Santander				
Núcleo S.A.	1.793.691	633.822	314.434	111.109
Pluxee Benefícios Brasil S.A	3.285.196	553.985	1.856.699	110.797
Outros	2.055.874	126.820	1.594.894	155.507
Total	34.737.434	10.403.269	30.611.957	9.258.010

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Patrimônio Líquido Ajustado (1)	Lucro Líquido (Prejuízo) (1)	Valor dos Investimentos	Consolidado Resultado da Equivalência Patrimonial
	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander				
Biomás – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	23.685	(38.872)	3.946	(6.476)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	405.215	34.300	74.357	6.294
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	3.852	369	428	41
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	310.308	(24.447)	48.284	(3.804)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	6.984	2.394	3.492	1.197
Santander Auto S.A.	113.490	72.978	56.745	36.489
Tecnologia Bancária S.A.	991.143	8.604	188.119	1.633
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A.	623.700	226.950	187.110	68.085
Influência Significativa pelo Banco Santander				
Núclea S.A.	1.793.691	633.822	314.434	111.109
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	3.285.196	553.985	1.856.700	110.796
Total	7.557.266	1.470.083	2.733.615	325.364

(1) Refere-se ao patrimônio líquido ajustado e o lucro líquido com ajustes de adequação de critérios contábeis assegurando que os números representem corretamente a posição financeira e o resultado das entidade perante os órgãos reguladores.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Imobilizado de Uso

	Banco 31/12/2025			Consolidado 31/12/2025		
	Custo	Depreciação Acumulada	Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Residual
Imóveis de Uso	2.312.767	(1.070.979)	1.241.788	2.553.062	(1.148.786)	1.404.276
Terrenos	588.688	-	588.688	627.002	-	627.002
Edificações	1.724.079	(1.070.979)	653.100	1.926.060	(1.148.786)	777.274
Outras Imobilizações de Uso	11.169.690	(8.330.511)	2.839.179	11.462.270	(8.523.258)	2.939.012
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.833.152	(3.791.690)	1.041.462	4.915.175	(3.839.514)	1.075.661
Equipamentos de Processamento de Dados	2.430.919	(1.592.195)	838.724	2.460.985	(1.615.231)	845.754
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.979.900	(2.297.436)	682.464	3.155.379	(2.414.988)	740.391
Sistemas de Segurança e Comunicações	846.051	(608.010)	238.041	851.018	(612.317)	238.701
Outras	79.668	(41.180)	38.488	79.713	(41.208)	38.505
Total	13.482.457	(9.401.490)	4.080.967	14.015.332	(9.672.044)	4.343.288

15. Intangível

	Banco 31/12/2025			Consolidado 31/12/2025		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(27.178.744)	41.771	28.204.704	(27.829.376)	375.328
Outros Ativos Intangíveis	14.198.730	(6.483.433)	7.715.297	14.961.397	(6.934.770)	8.026.627
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	9.027.321	(3.856.838)	5.170.483	9.789.112	(4.307.761)	5.481.351
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.998.029	(2.453.215)	2.544.814	4.998.029	(2.453.216)	2.544.813
Outros	173.380	(173.380)	-	174.256	(173.793)	463
Total	41.419.245	(33.662.177)	7.757.068	43.166.101	(34.764.146)	8.401.955

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve *impairment* de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento no montante de R\$ 6.323 e perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas no montante de R\$ 46.612.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

16. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

	Banco				
	31/12/2025				
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos	89.782.194	126.222.265	110.393.170	164.982.571	491.380.199
Depósitos à Vista	36.555.296	-	-	-	36.555.296
Depósitos de Poupança	53.075.472	-	-	-	53.075.472
Depósitos Interfinanceiros	-	1.862.844	2.688.526	1.379.388	5.930.758
Depósitos a Prazo (1)	151.425	124.359.421	107.704.644	163.603.183	395.818.672
Captações no Mercado Aberto	-	122.580.560	32.325.554	15.267.269	170.173.383
Carteira Própria	-	71.536.343	95.847	2.864	71.635.054
Títulos Públicos	-	52.728.329	-	-	52.728.329
Emissão Própria	-	11.862	2.636	-	14.498
Outros	-	18.796.152	93.211	2.864	18.892.227
Carteira de Terceiros	-	51.044.217	-	-	51.044.217
Carteira de Livre Movimentação	-	-	32.229.707	15.264.405	47.494.112
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	31.285.227	45.930.293	118.921.016	196.136.536
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	15.104.924	36.854.108	88.208.110	140.167.142
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	5.709.698	13.110.510	32.848.704	51.668.912
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.175.474	14.246.304	19.318.372	38.740.150
Letras Financeiras - LF (3)	-	396.462	5.865.089	31.972.284	38.233.835
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	3.823.290	3.632.205	4.068.750	11.524.245
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	15.598.099	4.614.697	16.382.920	36.595.716
Certificados de Operações Estruturadas	-	582.204	4.461.488	14.329.986	19.373.678
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	87.593.590	11.312.444	14.388.060	113.294.094
Obrigações por Empréstimos no País	-	263.615	-	-	263.615
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	86.146.106	8.573.379	7.568.549	102.288.034
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	86.146.106	8.487.651	7.375.688	102.009.445
Outras Linhas de Crédito	-	-	85.728	192.861	278.589
Obrigações por Repasses do País	-	1.183.869	2.739.065	6.819.511	10.742.445
Total	89.782.194	367.681.642	199.961.461	313.558.916	970.984.212
Circulante	89.782.194	367.681.642	199.961.461	-	657.425.296
Não Circulante	-	-	-	313.558.916	313.558.916

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Consolidado 31/12/2025				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado					
Depósitos	89.488.589	124.408.462	107.550.252	169.642.984	491.090.287
Depósitos à Vista	35.960.378	-	-	-	35.960.378
Depósitos de Poupança	53.075.472	-	-	-	53.075.472
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	6.039.800	6.039.800
Depósitos a Prazo (1)	151.425	124.408.462	107.550.252	163.603.184	395.713.323
Outros Depósitos	301.313	-	-	-	301.313
Captações no Mercado Aberto	-	102.159.872	32.325.554	15.267.269	149.752.695
Carteira Própria	-	58.569.232	95.847	2.864	58.667.943
Títulos Públicos	-	39.761.217	-	-	39.761.217
Emissão Própria	-	11.862	2.636	-	14.498
Outros	-	18.796.153	93.211	2.864	18.892.228
Carteira de Terceiros	-	43.590.640	-	-	43.590.640
Carteira de Livre Movimentação	-	-	32.229.707	15.264.405	47.494.112
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	21.084.080	46.829.861	120.341.337	188.255.278
Recursos de Aceites Cambiais	-	65.697	294.629	3.067.913	3.428.239
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	15.601.577	38.489.391	93.309.761	147.400.729
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	5.709.698	13.110.510	32.848.704	51.668.912
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.175.474	14.246.304	19.318.372	38.740.150
Letras Financeiras - LF (3)	-	893.115	7.500.372	37.073.935	45.467.422
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	3.823.290	3.632.205	4.068.750	11.524.245
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	4.834.602	3.584.353	9.633.677	18.052.632
Certificados de Operações Estruturadas	-	582.204	4.461.488	14.329.986	19.373.678
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	87.593.603	11.312.444	14.388.060	113.294.107
Obrigações por Empréstimos no País	-	263.628	-	-	263.628
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	86.146.106	8.573.379	7.568.549	102.288.034
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	86.146.106	8.487.651	7.375.688	102.009.445
Outras Linhas de Crédito	-	-	85.728	192.861	278.589
Obrigações por Repasses do País	-	1.183.869	2.739.065	6.819.511	10.742.445
Total	89.488.589	335.246.017	198.018.111	319.639.650	942.392.367
Circulante	89.488.589	335.246.017	198.018.111	-	622.752.717
Não Circulante	-	-	-	319.639.650	319.639.650

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2025 possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2034.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2025, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2035.

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2025, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2045.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2028 e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,10% a 0,78% a.a.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

			Banco	Consolidado
			31/12/2025	31/12/2025
Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
2019	2027	Até 9% + CDI	450.922	-
2020	2027	Até 9% + CDI	8.186	-
2021	2031	Até 9% + CDI	2.744.259	2.608.545
2022	2035	Até 9% + CDI	1.388.517	1.247.459
2023	2031	Até 9% + CDI	5.695.438	2.022.920
2024 (1)	2033	Até 9% + CDI	5.387.441	2.568.847
2025	2040	Até 9% + CDI	20.920.953	9.604.861
Total			36.595.716	18.052.632

(1) Inclui SOFR - Secured Overnight Financing Rate.

c) Abertura de contas de resultado - Operações de Captação no Mercado

	Banco	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025
Depósitos a Prazo (1) (2)	45.410.987	45.451.269
Depósitos de Poupança	4.067.105	4.067.105
Depósitos Interfinanceiros	794.307	693.433
Captação no Mercado Aberto (2)	34.640.334	33.021.666
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	328.857
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	10.776.807	11.971.643
Outras	2.861.599	3.100.404
Total	98.551.139	98.634.377

(1) Inclui o registro de juros no valor de R\$ 3.683.973 no Banco e R\$ 3.714.074 no Consolidado referentes à emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Nível I e Nível II (Nota 17.b).

(2) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$ 478.899 no Banco e no Consolidado e efeitos contrários em variação cambial com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6.a.V).

17. Outros Passivos Financeiros**a. Composição**

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Negociação e Intermediação de Valores	1.803.649	12.471.629
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	28.113.937	28.318.507
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	208.911	253.070
Relações Interdependências e Interfinanceiras	5.771.630	5.012.353
Total	35.898.127	46.055.559
Circulante	15.766.598	13.645.091
Não Circulante	20.131.529	32.410.469

Em 31 de dezembro de 2025, não houve reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros.

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em milhões)	Taxa de juros (a.a.)	Total	Total
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	9.321.771	9.321.771
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	351.467	351.467
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	8.070.433	8.070.433
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	sem prazo (perpétuo)	R\$7.600	CDI+1,4%	7.982.784	7.982.784
Letras Financeiras - Nível II	dez-25	dez-35	R\$2.363	CDI+0,65%	2.387.482	2.387.482
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-24	nov-34	R\$200	CDI+1,15%	—	204.570
Total					28.113.937	28.318.507

(1) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 a novembro 2024 possuem opção de resgate e recompra.

(2) Letras Financeiras emitidas em setembro 2024 possuem opção de resgate e recompra, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 05 de março de 2025.

As letras possuem as seguintes características comuns:

(a) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

18. Outros Passivos

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	4.186.184
Obrigações com Cartões de Crédito	57.163.191	57.163.240
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 20.b)	2.249.263	2.455.288
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	6.607.012	7.324.839
Ações Trabalhistas	3.463.165	3.856.501
Ações Cíveis	3.143.847	3.468.338
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites	1.191.510	1.191.510
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	1.344.742	1.357.203
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.538	4.538
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	2.135.181	2.843.704
Despesas Administrativas	195.322	581.184
Outros Pagamentos	100.236	245.508
Credores por Recursos a Liberar	1.165.415	1.165.415
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	546.483	546.483
Fornecedores	713.897	1.108.783
Sociais e Estatutárias	1.030.413	1.193.786
Débitos com Operações de Seguros	-	1.488.261
Outros (1)	14.402.487	21.019.830
Total	88.849.690	103.875.756
Circulante	4.838.947	18.903.041
Não Circulante	84.010.743	84.972.715

(1) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidados.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de *default*, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de *default*. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os *ratings* de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 4.966/2021. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com a regra supracitada.

	Banco/Consolidado 31/12/2025
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	3.950.308
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	22.583.515
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	17.852.717
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	650.000
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	1.582.074
Outros Avais	343.810
Outras Fianças Bancárias	15.666.969
Outras Garantias Financeiras Prestadas	7.396.671
Total	70.026.064

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites

	Banco/Consolidado
	01/01 a
	31/12/2025
Saldo Inicial	605.207
Adoção Inicial - Resolução CMN nº 4.966	1.335.395
Reversão líquida de Constituição	(749.092)
Saldo Final	1.191.510

19. Hierarquia do Valor Justo

Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	83.374.121	164.041.299	3.387.737	250.803.157
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	—	89.994.937	—	89.994.937
Títulos e Valores Mobiliários	83.374.121	15.816.608	2.873.642	102.064.371
Instrumentos Financeiros Derivativos	—	58.229.754	514.095	58.743.849
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	65.195.928	—	2.485.602	67.681.530
Títulos e Valores Mobiliários	65.195.928	—	2.485.602	67.681.530
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do resultado	—	51.864.432	893.610	52.758.042
Instrumentos Financeiros Derivativos	—	51.864.432	893.610	52.758.042

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025:

31/12/2025					
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.452.242	38.452.242	35.293.180	3.159.062	-
Títulos e Valores Mobiliários	117.944.134	118.026.092	53.800.290	2.403	64.223.399
Operações de Crédito	462.212.788	462.167.464	-	-	462.167.464
Total	618.609.164	618.645.798	89.093.470	3.161.465	526.390.863

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025:

31/12/2025					
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado					
Depósitos	491.090.287	491.107.325	-	-	491.107.325
Captações no Mercado Aberto	149.752.695	149.775.866	-	149.775.866	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	188.255.278	190.284.222	-	-	190.284.222
Obrigações por Empréstimos e Repasses	113.294.107	113.294.107	-	-	113.294.107
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	28.318.507	28.318.507	-	-	28.318.507
Total	970.710.874	972.780.027	-	149.775.866	823.004.161

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 18)	2.249.263	2.455.288
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	6.607.012	7.324.839
Ações Trabalhistas	3.463.165	3.856.501
Ações Cíveis	3.143.847	3.468.338
Total	8.856.275	9.780.127

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos

	Banco 01/01 a 31/12/2025		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.824.081	2.609.381	3.014.320
Constituição Líquida de Reversão	435.791	3.029.960	591.791
Atualização Monetária	150.240	82.885	229.955

Relatório da Administração	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores
<i>*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.</i>				

Baixas por Pagamento	(1.160.849)	(2.259.061)	(692.219)
Saldo Final	2.249.263	3.463.165	3.143.847
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	791.842	581.044	274.491
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	2.188	2.542	4.769
Total dos Depósitos em Garantia (2)	794.030	583.586	279.260

	Consolidado 01/01 a 31/12/2025		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	3.032.613	2.968.667	3.340.948
Constituição Líquida de Reversão	464.672	3.213.228	859.687
Atualização Monetária	157.638	89.725	235.227
Baixas por Pagamento	(1.199.635)	(2.415.119)	(967.524)
Saldo Final	2.455.288	3.856.501	3.468.338
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.248.628	602.835	286.316
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.573	2.542	4.769
Total dos Depósitos em Garantia (2)	2.252.201	605.377	291.085

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$ 6.887 milhões e no Consolidado é R\$ 7.758 milhões.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - Em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF. Os casos relacionados à CPMF em Operações de Clientes foram objeto de adesão ao Programa de Transação Integral (PTI), instituído pelo Ministério da Fazenda. Em dezembro de 2025 os valores pagos, no montante de R\$ 1.067 milhões estabelecidos na transação encontravam-se integralmente provisionados.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 163 milhões no Banco e R\$ 167 milhões no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$ 321 milhões no Banco e R\$ 335 milhões no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 20.e**.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos seria de 5 anos a partir da data dos planos. Desta forma, com essa decisão, como as ações civis públicas foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

Em maio de 2025, houve o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 165 reconhecendo a constitucionalidade dos planos Bresser, Verão, Collor I e II e garantindo aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo e fixando prazo de 24 meses para novas adesões dos poupadores.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais, Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 37.811 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 31 de dezembro de 2025, o valor envolvido é de R\$ 2.384 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco Santander e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 11.090 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 3.778 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco Santander e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2025 o valor era de aproximadamente R\$ 7.071 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco Santander e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 1.153 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL — Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no período de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 2.729 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Em 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 836 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao período fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. Foi proferida decisão desfavorável na primeira instância, será apresentado recurso ao Tribunal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 603 milhões.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 1.524 milhões.

As ações de natureza trabalhistas e cíveis com classificação de perda possível totalizaram R\$ 1.493 milhões e R\$ 2.226 milhões respectivamente no Consolidado.

21. Patrimônio Líquido**a) Capital Social**

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Milhares de Ações			
31/12/2025			
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	129.745	155.583	285.328
De Domiciliados no Exterior	3.688.950	3.524.253	7.213.203
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(13.666)	(13.665)	(27.331)
Total em Circulação	3.805.029	3.666.171	7.471.200

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada período, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do período social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve distribuição de dividendos.

A seguir, apresentamos a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações:

31/12/2025							
Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units						
	Bruto			Líquido			Unit
	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit	
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.500.000	191,39	210,53	401,92	162,68	178,95	341,63
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (5)(6)	620.000	79,10	87,01	166,11	67,23	73,96	141,19
Total	7.620.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025, pagos no dia 8 de maio de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2025, pagos no dia 09 de agosto de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2025, pagos no dia 08 de novembro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025, serão pagos no dia 5 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou na mesma data, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2024, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2025 o Banco Santander possuía 360.657.265 ações ordinárias e 388.461.675 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

		Banco/Consolidado
		Em Milhares de Ações
		31/12/2025
		Quantidade
		Units
Ações em Tesouraria no Início do Período		19.451
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(5.785)
Ações em Tesouraria no Final do Período		13.666
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	717.789
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	719.560
Custo/Cotação da Ação		Units
Custo Mínimo (*)	R\$	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$	27,33
Custo Máximo (*)	R\$	49,55
Cotação da Ação	R\$	28,22

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado
	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Banco RCI Brasil S.A.	756.740	208.044
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	393.709	95.487
Rojo Entretenimento S.A.	9.385	682
Fit Economia de Energia S.A.	(20.682)	(16.299)
América Gestão Serviços em Energia S.A.	3.056	(1.865)
Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo	1.007.819	131.585
Total	2.150.027	417.634

22. Partes Relacionadas**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Para o exercício de 2025, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$600.000.000 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2025.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	Banco	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025
Remuneração Fixa	130.018	107.479
Remuneração variável - Em espécie	105.992	90.324
Remuneração variável - Em ações	90.489	75.404
Outras	103.552	83.044
Total Benefícios de Curto Prazo	430.051	356.251
Remuneração variável - Em espécie	129.602	115.640
Remuneração variável - Em ações	116.242	103.154
Total Benefícios de Longo Prazo	245.844	218.794
Total	675.895	575.045

Adicionalmente, em 2025 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 40.396.

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/2018, o artigo 34 da “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						Em Milhares de Ações 31/12/2025
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	3.083	0,1 %	3.083	0,1 %	6.167	0,1 %
Outros	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %
Total em Circulação	3.805.028	99,6 %	3.666.169	99,6 %	7.471.199	99,6 %
Ações em Tesouraria	13.666	0,4 %	13.666	0,4 %	27.333	0,4 %
Total	3.818.694	100,0 %	3.679.835	100,0 %	7.498.531	100,0 %
"Free Float" (2)	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por participação de Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Banco Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A Política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco			
	Controlador (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Ativo	10.866.589	136.400.630	64.173	147.331.392
Disponibilidades	1.207.103	156.837	-	1.363.939
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.464.128	84.141.506	-	93.605.634
Títulos e Valores Mobiliários	-	5.255.941	-	5.255.941
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	-	1.279.617	-	1.279.617
Relações Interfinanceiras	-	25.289.992	-	25.289.992
Operações de Crédito (4)	-	230.738	36.106	266.844
Negociação e Intermediação de Valores	193.861	115.969	-	309.830
Rendas a Receber	-	2.955.644	-	2.955.644
Outros Ativos - Diversos	1.497	16.974.386	-	16.975.883
Garantias e Limites	-	-	28.067	28.067
Passivo	(4.376.084)	(51.327.680)	(727.798)	(56.431.563)
Depósitos	(4.352.431)	(5.148.809)	(71.816)	(9.573.055)
Operações Compromissadas	-	(17.812.599)	-	(17.812.599)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(19.068.984)	(57.027)	(19.126.012)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(750.775)	-	(750.775)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(181)	(473.244)	-	(473.426)
Outros Passivos - Diversos	(23.472)	(8.073.269)	(598.956)	(8.695.696)
	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado	(190.595)	4.173.027	(404.312)	3.578.119
Resultado da Intermediação Financeira	108.111	6.648.179	(6.605)	6.749.686
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(298.707)	(2.475.153)	(397.707)	(3.171.567)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Consolidado			
	Controlador (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Ativo	10.866.589	28.796.071	64.173	39.726.833
Disponibilidades	1.207.103	156.837	-	1.363.939
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.464.128	-	-	9.464.128
Títulos e Valores Mobiliários	-	99.694	-	99.694
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	-	-	-	-
Relações Interfinanceiras	-	26.042.398	-	26.042.398
Operações de Crédito (4)	-	-	36.106	36.106
Negociação e Intermediação de Valores	193.861	115.969	-	309.830
Rendas a Receber	-	1.837.968	-	1.837.968
Outros Ativos - Diversos	1.497	543.204	-	544.701
Garantias e Limites	-	-	28.067	28.067
Passivo	(4.376.084)	(13.612.230)	(1.534.364)	(19.522.677)
Depósitos	(4.352.431)	(2.461.839)	(72.459)	(6.886.729)
Operações Compromissadas	-	(1.559.050)	-	(1.559.050)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(525.900)	(57.027)	(582.927)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(750.775)	-	(750.775)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(181)	(473.244)	-	(473.426)
Outros Passivos - Diversos	(23.472)	(7.841.421)	(1.404.878)	(9.269.771)
	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado	(190.595)	886.777	(814.831)	(118.649)
Resultado da Intermediação Financeira	108.111	(327.217)	(4.588)	(223.694)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(298.707)	1.213.994	(810.243)	105.044

- (1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.
- (2) Empresas relacionadas na nota 13.
- (3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.
- (4) Adicionalmente ao saldo de operações de crédito demonstrados, o grupo possui R\$19.277 de limites concedidos às suas coligadas.

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/07 a 31/12/2025	Banco 01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Administração de Recursos	234.819	457.956	930.768	1.777.071
Serviços de Conta Corrente	2.052.488	4.163.199	2.053.078	4.164.386
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	595.715	1.169.059	1.035.345	1.942.097
Operações de Crédito ⁽¹⁾	142.743	273.347	576.093	1.035.113
Rendas de Garantias Prestadas	452.972	895.712	459.252	906.984
Comissões de Seguros	1.515.832	2.537.576	2.351.505	4.305.864
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	3.765.224	7.222.729	3.803.945	7.279.730
Cobrança e Arrecadações	546.767	1.100.976	555.568	1.122.275
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	751.240	1.427.019	883.182	1.680.887
Outras	239.132	478.911	460.341	750.493
Total	9.701.217	18.557.425	12.073.732	23.022.803

(1) As operações de Financiamento e Empréstimos estão sendo consideradas com o reconhecimento da taxa de juros efetiva, incluindo as receitas e custos adjacentes aos respectivos contratos a partir de 01 de janeiro de 2025. A metodologia adotada pelo Banco Santander consistiu em calcular a taxa de juros efetiva por contrato. O reconhecimento dos juros está sendo realizado conforme os critérios estabelecidos na Res. CMN nº 4.966/2021 art. 15.

24. Despesas de Pessoal

	01/07 a 31/12/2025	Banco 01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Remuneração	2.139.282	4.182.897	2.812.365	5.664.743
Encargos	748.096	1.499.365	1.089.517	2.199.114
Benefícios	562.645	1.126.167	882.979	1.766.295
Treinamento	28.422	44.353	35.109	68.598
Total	3.478.445	6.852.782	4.819.970	9.698.750

25. Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 31/12/2025	Banco 01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Depreciações e Amortizações	1.605.875	3.170.281	1.721.217	3.417.236
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	2.468.045	4.729.808	1.938.586	3.799.902
Comunicações	125.284	242.852	130.685	255.711
Processamento de Dados	2.110.711	4.006.245	1.915.387	3.564.734
Propaganda, Promoções e Publicidade	239.194	462.235	326.962	626.169
Aluguéis	232.054	538.320	241.278	555.980
Manutenção e Conservação de Bens	128.672	248.553	144.605	278.180
Água, Energia e Gás	95.649	179.935	102.243	193.357
Material	38.315	82.648	40.732	87.175
Outras	1.023.851	1.880.384	546.057	1.055.596
Total	8.067.650	15.541.261	7.107.752	13.834.040

26. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	01/07 a 31/12/2025	Banco 01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Atualizações monetárias (1)	297.366	541.837	371.656	690.520
Comissões	(960.705)	(1.803.797)	(1.124.981)	(2.058.371)
Corretagens e Emolumentos	(54.534)	(98.436)	(48.173)	(93.354)
Despesas com Cartórios	(2.518)	(4.888)	(169.695)	(325.045)
Despesa com Formalização de Negócios	(94.386)	(179.683)	(94.386)	(179.683)
Despesas Judiciais e Custas	(157.704)	(294.470)	(158.464)	(296.173)
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	(61.557)	(125.911)	(63.313)	(128.876)
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	(44.434)	(84.278)	(52.697)	(91.189)
Fiscais	144.890	157.773	120.737	128.892
Trabalhistas	(1.642.217)	(3.029.960)	(1.723.274)	(3.213.228)
Cíveis	(190.518)	(591.791)	(301.132)	(859.687)
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	137.035	239.362	584.215	1.076.242
Resultado com Cartões	(2.282.167)	(4.367.355)	(1.885.931)	(3.532.732)
Recuperação de Encargos e Despesas	593.882	1.099.445	805.735	1.523.941
Outras (2)	(1.650.159)	(2.405.451)	(2.157.178)	(3.247.786)
Total	(5.967.726)	(10.947.603)	(5.896.881)	(10.606.529)

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e obrigações legais.

(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, inclui, principalmente, despesas com taxas e outras provisões.

27. Variações Cambiais (Líquidas)

	01/07 a 31/12/2025	Banco 01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	3.365.355	2.886.248	3.363.175	2.886.248
Operações de Crédito	1.750.094	9.610.378	1.587.699	9.610.180
Captações	(1.150.027)	478.419	(1.238.195)	478.899
Empréstimos	(3.004.375)	(7.653.939)	(2.821.139)	(7.483.186)
Total	961.047	5.321.106	891.540	5.492.141

28. Resultado Não Operacional

	01/07 a 31/12/2025	Banco 01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Resultado na Alienação de Investimentos	-	1.093	-	1.093
Resultado na Alienação de Valores e Bens	65.992	165.300	128.698	241.700
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	6.357	8.394	6.560	26.866
Despesas com Bens não de Uso	(45.188)	(87.440)	(44.852)	(87.599)
Ganhos (Perdas) de Capital	14.828	21.472	32.929	35.400
Outras Receitas (Despesas)	(7.504)	4.491	(19.448)	(12.963)
Total	34.485	113.310	103.887	204.497

29. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

- **Banesprev**

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 01 de outubro de 1994.

Plano II: plano de benefício definido custeado pelo Banco Santander e participantes, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975 e migrados do Plano I. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Planos DCA, DAB e CACIBAN: complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados advindos do processo de aquisição do ex-Banco Noroeste. Plano fechado para novas adesões desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável instituído em 01 de julho de 1996. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- **Bandeprev - Bandeje Previdência Social**

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandeje S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em Plano Básico, Plano Especial 1 e Plano especial 2 com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandeje S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

- **Planos de Contribuição Definida**

A **SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída na forma das normas legais em vigor, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi, embora tenha características de Contribuição Definida, está classificado na modalidade de Contribuição Variável em decorrência de 09 (nove) rendas mensais vitalícias, não havendo novas concessões nessa modalidade. O Plano está fechado para novas adesões desde julho de 2018, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores vertidos pelas patrocinadoras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 61.717 no Banco e R\$ 67.619 no Consolidado.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 02/01/2018, o Santander oferece um programa de previdência complementar opcional para novos funcionários e/ou funcionários sem inscrição em outros planos do Conglomerado Santander Brasil.

O programa inclui as modalidades PGBL e VGBL, administradas pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., abertas para novas adesões. As contribuições são compartilhadas entre as empresas instituidoras/averbadoras.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 2.630 no Banco e R\$ 3.246 no Consolidado.

- **Ex-Empregados do Banespa**

A ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa), pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA, teve uma decisão final desfavorável ao Banco Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmada uma transação entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. Até 23 de agosto de 2024 (conclusão do prazo de adesão), aproximadamente 90% dos beneficiários elegíveis formalizaram suas adesões à referida transação, que, posteriormente, foram homologadas por decisão judicial, sendo que os respectivos processos judiciais individuais serão extintos. O Banco Santander registrou obrigação referente aos valores efetivamente devidos para o pagamento da transação. Os valores devidos referente às parcelas liquidadas até a presente data, equivalente a R\$ 2.369 milhões, foram aportados pelo Banco Santander nos respectivos planos administrados pelo Banesprev, responsável pela administração dos planos de previdência complementar e pelo pagamento da transação aos respectivos beneficiários. As parcelas remanescentes, registradas como obrigação de planos de benefícios a funcionários (nota 18), serão aportadas ao Banesprev até maio de 2026, atualizadas de acordo com o critério e com o índice de reajuste dos benefícios previstos no regulamento dos planos aos quais cada titular esteja vinculado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os demais processos individuais, cujos beneficiários não aderiram à referida transação, estão pendentes de decisão final a respeito das questões jurídicas controvertidas, as quais serão dirimidas quando do julgamento do IRDR e da ADPF.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco		
	31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.246.287)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	22.460.885	3.675	2.156.838
	1.214.598	1.008	849.848
Sendo:			
Superávit	1.878.800	1.008	849.848
Déficit	(755.023)	—	—
Valor não Reconhecido como Ativo	1.575.854	1.008	836.723
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	302.946	—	13.125
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(755.023)	—	—
Contribuições Efetuadas	644.248	—	164
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(38.956)	(45)	1.180
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.026.048)	910	10.694
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	943.062	640	302.714

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848
Sendo:			
Superávit	2.161.323	1.008	849.848
Déficit	(767.484)	—	—
Valor não Reconhecido como Ativo	1.786.562	1.008	836.723
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	374.761	—	13.125
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(767.484)	—	—
Contribuições Efetuadas	644.248	—	164
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(44.707)	(45)	1.180
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.101.708)	910	10.694
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.004.373	640	302.714

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco		
	31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Experiência do Plano	(625.017)	1.135	(43.489)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	110.544	21	11.039
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(514.473)	1.156	(32.450)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(1.427.441)	303	96.016
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(1.427.441)	303	96.016
Mudança no Superávit Irrecuperável	1.407.820	(1.008)	(61.792)

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Experiência do Plano	(629.289)	1.135	(43.489)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	112.777	21	11.039
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(516.512)	1.156	(32.450)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(1.431.347)	303	96.016
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(1.431.347)	303	96.016
Mudança no Superávit Irrecuperável	1.419.503	1.008	(61.792)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2025:

	Duração (em Anos)
Planos	
Banesprev	
Plano I	8,15
Plano II	8,45
Plano III	7,47
Plano IV	8,00
Plano V	6,35
Pré-75	7,07
Planos DCA, DAB e CACIBAN	4,78/4,50/5,31
Sanprev	
Plano I	5,27
Plano II	8,19
Plano III	7,66
Bandeprev	
Plano Básico	6,85
Plano Especial 1	5,06
Plano Especial 2	4,63
SantanderPrevi	
SantanderPrevi	6,03

b) Plano de assistência médica e odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

ABN: o plano de assistência médica tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada, era exigido vínculo de 10 anos no Banco Real e 55 anos de idade. O aposentado arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%, essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o aposentado desligado arca com 100% da mensalidade.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Circulares: Benefício vitalício para ex-funcionário do Banco Real, concedido nas mesmas condições dos funcionários ativos (mesmas coberturas e desenho de plano). Elegíveis apenas ao plano Básico (com subsídio de 90%) e Apartamento (primeiro padrão) pagando a diferença entre os planos.

Ambos os planos têm coparticipação e não é permitida a inclusão de novos dependentes.

Assistência Médica Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício: fazem parte desse benefício ex-diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há novas inclusões, sendo 100% subsidiado pelo Banco e todos alocados na operadora SulAmerica.

Assistência Médica Fundação Sudameris: Plano de assistência médica, padrão enfermagem, oferecido aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos. Encerrado para novas adesões.

Plano de Saúde Para Sócios: Sócios do Banco Santander podem manter o plano de saúde vitalício, em caso de desligamento sem justa causa, se atenderem aos requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de Sócios no Banco Santander por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será nas mesmas regras vigentes no desligamento e o Sócio deve pagar a mensalidade via boleto. Os dependentes ativos no desligamento permanecem no plano médico, conforme política vigente e não é permitida inclusão de novos dependentes.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

c) Seguro de Vida

Seguro de Vida Circulares: concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais: concedidos aos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN, do antigo Banco Meridional, com subsídio de 50% do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

- **Método de avaliação**

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.728.245)	(589.719)	(4.885.196)	(589.719)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.084.916	—	5.253.707	—
	356.671	(589.719)	368.511	(589.719)
Sendo:				
Superávit	356.671	—	368.511	—
Déficit	—	(589.719)	—	(589.719)
Valor não Reconhecido como Ativo	356.671	—	368.511	—
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	—	(589.719)	—	(589.719)
Contribuições Efetuadas	179.830	44.058	182.652	44.058
Receitas (Despesas) Reconhecidas	6.999	(60.383)	7.060	(60.383)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.931.858)	92.938	(1.901.575)	92.938
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	554.206	—	567.870	—

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2025		31/12/2025	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(706.938)	(16.624)	(721.725)	(16.624)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	9.610	954	10.046	954
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(110.310)	—	(114.165)	—
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(807.638)	(15.670)	(825.844)	(15.670)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	43.461	—	37.908	—
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	43.461	—	37.908	—
Mudança no Superávit Irrecuperável	577.348	—	598.347	—

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2025:

Planos	Duração (em Anos) 31/12/2025
Cabesp	10,33
ABN	7,64
Circulares	7,21
AM - Bandeprev	8,01
Diretores Vitalícios	5,97
AM - Fundação Sudameris	8,21
Plano de Saúde para Sócios	21,11
Seguro de Vida	4,60

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2025, são as seguintes:

	Banco/Consolidado 31/12/2025
Instrumentos de Patrimônio	— %
Instrumentos de Dívida	94,6 %
Bens Imóveis	0,2 %
Outros	5,2 %

e) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	Banco/Consolidado 31/12/2025	
	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,65 %	10,52 %
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,00 %	3,00 %
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,52 %	N/A
	Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 suavizada em 10%	
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	Demais planos: AT2000	AT2000

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

f) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2025, teriam os seguintes efeitos:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2025	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros		
(+)0,5%	(26.808)	(259.596)
(-)0,5%	29.147	282.241
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral		
Aplicada (+) 2 anos	(57.188)	(553.699)
Aplicada (-) 2 anos	(59.695)	577.970
Custo Assistência Médica		
(+)0,5%	32.334	313.063
(-)0,5%	(30.085)	(291.286)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

g) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander mantém programas de incentivo de longo prazo vinculados ao desempenho de seus instrumentos, tanto no Brasil (SANB11) quanto em nível global. Os planos têm como objetivo alinhar os interesses de executivos e acionistas, promovendo foco na sustentabilidade do valor de mercado e na criação de valor de longo prazo. São elegíveis os membros da Diretoria Executiva e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração, considerando critérios de senioridade e impacto estratégico. Os membros do Conselho somente participam caso exerçam cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação		01/01 a 31/12/2025
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2023 a 12/2026	2025 e 2026	R\$	1.375.000 (1)
		01/2024 a 12/2027	2026, 2027 e 2028	R\$	350.000 (2)
		01/2025 a 12/2028	2026 a 2029	R\$	2.500.000 (2)
		01/2022 a 12/2025	2025	R\$	— SANB11 (3)
		01/2023 a 12/2026	2026		11.820 SANB11 (4)
		01/2025 a 12/2028	2027 e 2028		143.024 SANB11
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2023		EUR 3,67	— Ações Globais (5)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030			385.956 Opções sobre ações Globais (5)
		02/2024		EUR 2,685	— Ações Globais (6)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029			105.534 Opções sobre ações Globais (5)
		2025		EUR 3,104	95.786 Ações Globais (6)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030			22.989 Opções sobre ações Globais (5)
		2026		EUR 3,088	175.476 Ações Globais (6)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033			472.469 Opções sobre ações Globais (5)
		2027		EUR 63,95	8.528 Ações Globais (6)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032			80.476 Opções sobre ações Globais (5)
		2028		EUR 71,42	2.411 Ações Globais (6)
		2028, com limite para exercício das opções até 2033			9.888 Opções sobre ações Globais (5)
		2029		EUR 54,14	5.340 Ações Globais (6)
		12/2024, com pagamento em 2025			— SANB11 (7)
		12/2025, com pagamento em 2026			52.037 SANB11 (8)
				R\$	4.225.000 (1) (2)
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2025					206.881 SANB11
					287.541 Ações Globais (5) (6)
					1.077.312 Opções sobre ações Globais (5) (6)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento.
- (2) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao mês de pagamento.
- (3) Planos de Incentivo de Longo Prazo finalizados, com 142.335 ações acrescidas por dividendos pagas ao longo de 2025.
- (4) Plano com baixa de 8.443 ações por perda de direito.
- (5) Plano finalizado com atingimento 100%. Parte equivalente à 80.412 ações globais foi paga em espécie em Mar/2024 (após o lockup) e 78.841 ações canceladas. As opções poderão ser exercidas até o final do período para exercício em 2030, sendo que o momento tivemos o cancelamento de 412.175 opções.
- (6) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
- (7) Plano finalizado com atingimento final de 75%. Entrega de 31.844 ações brutas em Mai/2025, conforme critérios firmados no contrato do plano. E baixa de 18.575 ações por perda de direito.
- (8) Baixa de 18.309 ações por perda de direito.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos planos globais ativos lançados entre 2019 e 2024, com target em ações e opções globais, cujo desenho contempla:

- Definição clara de métricas de performance (financeiras e não financeiras);
- Diferimento plurianual, garantindo foco em resultados sustentáveis;
- Liquidação em ativos ou equivalentes financeiros, com observância das regras de *malus* e *clawback*.

Essa estrutura alinha-se às melhores práticas internacionais em governança de remuneração, reforçando transparência e disciplina de capital.

Modelo de Precificação

A mensuração dos planos baseia-se no modelo de Volatilidade Local (Dupire), ajustado para incorporar incertezas em dividendos, oferecendo maior precisão na estimativa de valor justo. Os principais parâmetros considerados incluem:

- Preço médio ponderado das ações;
- Preço de exercício;
- Volatilidade implícita e esperada;
- Taxa de juros livre de risco;
- Projeção de dividendos.

As opções possuem vencimentos até 2033, e o preço de exercício corresponde ao valor de mercado na data do exercício, condicionado ao atingimento das metas estabelecidas.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com vesting de 3 (três) anos.

Cada plano tem um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de vesting, o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais ou do valor equivalente às ações/opções no caso dos planos globais, são realizados com restrição de 1 (um) ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos, ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

g.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado são reconhecidos linearmente durante o período de vesting na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado
		01/01 a
		31/12/2025
Programa	Tipo de Liquidação	
Local	Ações do Santander (Brasil)	8.407
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	5.971

g.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (Diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 (dois) programas: (i) Coletivo Identificado, que incluem membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle e (ii) Demais Funcionários, com remuneração variável acima de valor mínimo estabelecido em política. O diferimento para ambos os públicos é de 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

			Banco	Consolidado
			01/01 a	01/01 a
Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	31/12/2025	31/12/2025
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos	214.982	226.067
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	190.262	187.995

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial dos riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a gestão integrada de riscos por meio da gestão da autoavaliação do perfil de riscos e controla o Apetite de Riscos (RAS) aprovados pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o Marco Geral de Risco são:

- Todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco – (Cultura Risk Pro);
- Envolvimento da Alta Administração promovendo a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência das funções de gestão e controle de riscos;
- Abordagem abrangente e prospectiva para a gestão e controle de riscos;
- Gestão adequada da informação de forma que seja oportuna, precisa e suficientemente detalhada.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

O acompanhamento da carteira e dos clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes, inclui aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (**Nota 9**).

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação do preço de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições em taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, commodities, spreads de crédito, etc.

A Gestão do Risco de Mercado do Banco Santander é aderente à Resolução CMN nº 4.557/2017 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento de posições são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidades oriundas das oscilações de mercado, “gaps” de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

C. Risco Operacional e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controles Internos tem como missão perante o Banco Santander: corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais e Controles Internos.

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar e implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração, além de adotar definições do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de governança e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa, Brasil e Balcão (B3), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e lei *Sarbanes-Oxley - SOX (Securities and Exchange Commission)*.

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processarem de maneira estáveis e integras suas transações, e da capacidade do Banco em utilizar tecnologias digitais disponíveis, serviços de computação e mensageria, serviços em nuvem, softwares/ferramentas e redes de comunicação, bem como no processamento das informações, armazenamento e transmissão mantendo a segurança das informações independente do seu nível de confidencialidade e outras informações nos sistemas de computadores e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços aos clientes e outros sistemas de processamento de dados do Banco são essenciais para as suas atividades e habilidade em competir com os concorrentes de mercado.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de *Compliance* visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção à Crimes Financeiros

Área responsável pela definição, implementação, aconselhamento e supervisão do programa de Prevenção à Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil de acordo com os requerimentos do Grupo Santander Brasil e das regulamentações brasileiras aplicáveis ao tema. Tem como principais pilares os processos de: Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTP), Programa Antissuborno e Corrupção e Programa de Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto de acordo com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, promovendo uma robusta cultura de risco por toda a organização.

G. Risco Socioambiental e Climático

Com o objetivo de promover um ambiente controlado e seguro para nossas operações, além de incentivar o desenvolvimento de negócios sustentáveis, o Banco Santander realiza gestão contínua dos riscos associadas às nossas atividades, que pode impactar a organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Para isso, o Banco Santander conta com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos sociais, ambientais e climáticos, orientada pela Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC), aplicada na concessão de crédito aos clientes do segmento Atacado e Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$7 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, divididos em dois níveis de risco: subsetores de médio e alto risco. A análise também abrange operações do setor agro (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, aceitação e manutenção de clientes, fusões e aquisições. O objetivo da análise de Risco Socioambiental e Climático é subsidiar e mitigar questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão integrada de riscos.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, um conjunto de diretrizes utilizado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de projetos de infraestrutura e energia. Aplicamos os mesmos critérios socioambientais e climáticos em projetos que não se enquadram nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada às resoluções CMN nº 4.943/2021 e nº 4.945/2021, que determinam que as organizações devem ter um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no *RPA (Risk Profile Assessment)* sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução CMN nº 4.557/2017 Bacen” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.

O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199/2024.

	31/12/2025
Patrimônio de Referência Nível I	94.548,4
Capital Principal	86.426,5
Capital Complementar	8.121,9
Patrimônio de Referência Nível II	20.521,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	115.069,5
Risco de Crédito (1)	627.239,5
Risco de Mercado (2)	45.564,2
Risco Operacional	74.911,2
Total de RWA (3)	747.714,9
Índice de Basileia Nível I	12,64
Índice de Basileia Capital Principal	11,56
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,39

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcum), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcum), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (*Trading Book*) e carteira bancária (*Banking Book*), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2025.

Carteira Negociação				Consolidado
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(2.631)	(75.831)	(151.662)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(97)	(1.193)	(2.386)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(312)	(2.459)	(4.917)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(7.475)	(67.976)	(135.952)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(844)	(6.166)	(12.331)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(6.399)	(159.984)	(319.968)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(6.634)	(59.608)	(119.215)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(907)	(22.679)	(45.357)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(16)	(405)	(809)
Total (1)		(25.315)	(396.301)	(792.597)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas.

Carteira Banking				Consolidado
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposição sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(28.465)	(1.170.041)	(2.443.707)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(33.000)	(1.263.118)	(2.370.683)
Inflação	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Cupons de Indices de Preços	(44.311)	(761.382)	(1.401.492)
Cupom de Dolar	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(4.045)	(124.407)	(229.753)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(2.663)	(26.376)	(52.505)
Taxa de juros Mercado Internacional	Exposição Sujeitas à Variação da taxa de juros de papeis negociados no mercado internacional	(632)	(323.146)	(732.533)
Moeda Estrangeira	Exposição sujeitas à Variação Cambial	(1.205)	(30.114)	(60.228)
Total (1)		(114.321)	(3.698.584)	(7.290.901)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. Reestruturações Societárias

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizados movimentos societários para aprimorar e reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Incorporação da Toro Asset Management S.A. pela Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, a Toro Asset Management S.A. (“Toro Asset”) foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A. (“Santander Investimentos”), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Toro Asset não implicou um aumento de capital social da Santander Investimentos, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Toro Asset era detida pela Santander Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

b) Cisão Parcial da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 28 de novembro de 2025 foi aprovada a cisão parcial da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (“Return”), com a incorporação da parcela cindida pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander Brasil”). A operação visa simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais. A implementação da incorporação da parcela cindida da Return não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

totalidade das ações de emissão da Return são detidas pelo Santander Brasil e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência, por outro lado o capital social da Return foi reduzido no montante de R\$ 8.460.000, o qual corresponde à parcela cindida.

c) Incorporação da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 28 de novembro de 2025 foi aprovada a incorporação da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing") pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil"). A operação visa simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais, de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A realização da incorporação total da Santander Leasing não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Santander Leasing era detida pelo Santander Brasil e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência. A incorporação somente produzirá efeitos após a homologação pelo Banco Central do Brasil.

d) Alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistemas de Informações S.A.

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e votante da Galgo Sistemas de Informações S.A. para a RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. ("Operação"). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistemas de Informações S.A.

e) Alienação da totalidade da participação societária detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda ("Summer"). com a RFM-E Ltda. ("Operação"). Em 29 de setembro de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. e a SHI deixaram de deter participação societária na Summer Empreendimentos Ltda.

32. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 68.850.499 no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento administrados do Conglomerado Santander é de R\$ 227.012.763 registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2025, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2025, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.051.

d) Em 31 de dezembro de 2025, não houve operações atividades vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das Resoluções CMN nº 3.263/2005 e nº 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2025
Até 1 Ano	366.739
Entre 1 a 5 Anos	912.695
Mais de 5 Anos	63.578
Total	1.343.012

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 488 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2025, foram no valor de R\$ 194.402.

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

g) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Banco 2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente (a) e (b)	01/01 a 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira	146.340.671	-	146.340.671
Despesas da Intermediação Financeira	(127.248.967)	-	(127.248.967)
Variações Cambiais (Líquidas)	5.321.106	-	5.321.106
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	24.412.810	-	24.412.810
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(9.539.320)	(168.099)	(9.707.419)
Resultado Operacional	14.873.490	(168.099)	14.705.391
Resultado não Operacional	113.310	-	113.310
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	14.986.800	(168.099)	14.818.701
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.597.990	6.150	2.604.140
Participações no Lucro	(1.959.014)	-	(1.959.014)
Lucro Líquido	15.625.776	(161.949)	15.463.827

	Consolidado 2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira	161.360.937	-	161.360.937
Despesas da Intermediação Financeira	(130.278.584)	-	(130.278.584)
Variações Cambiais (Líquidas)	5.492.141	-	5.492.141
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	36.574.494	-	36.574.494
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(16.464.014)	(276.613)	(16.740.627)
Resultado Operacional	20.110.480	(276.613)	19.833.867
Resultado não Operacional (b)	141.960	62.537	204.497
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	20.252.440	(214.076)	20.038.364
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.563.582)	11.908	(1.551.674)
Participações no Lucro	(2.730.411)	-	(2.730.411)
Participações dos Acionistas Minoritários	(417.634)	-	(417.634)
Lucro Líquido	15.540.813	(202.168)	15.338.645

(a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$ 168.099 e R\$ 276.613 no Banco e no Consolidado respectivamente, com impacto líquido de tributos de R\$ 161.949 e R\$ 202.168.

(b) Em 2025, efeitos do resultado não recorrente provenientes da venda da Summer, conforme descrito na nota 31.e.

33. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 09 de janeiro de 2026, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Fizeram jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontravam inscritos nos registros do Banco no final do dia 20 de janeiro de 2026 (inclusive). Dessa forma, a partir de 21 de janeiro de 2026 (inclusive), as ações do Banco foram negociadas “Ex-Juros sobre o Capital Próprio”. O valor dos Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 05 de fevereiro de 2026. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2025

Conselho de Administração

Deborah Stern Vieitas – Presidente (independente)
 Javier Maldonado Trinchant – Vice - presidente
 Cristiana Almeida Pipponzi – Conselheira (independente)
 Cristiana San Jose Brosa - Conselheira
 Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
 Ede Ilson Viani - Conselheiro
 José de Paiva Ferreira - Conselheiro (independente)
 Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro
 Nitin Prabhu - Conselheiro
 Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
 Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
 Luiz Carlos Nannini - Membro Técnico Qualificado
 Andrea Maria Ramos Leonel – Membro
 René Luiz Grande – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

José de Paiva Ferreira – Coordenador
 Cristina San Jose Brosa - Membro
 Deborah Stern Vieitas – Membro
 Jaime Leôncio Singer - Membro
 José Mauricio Pereira Coelho - Membro

Comitê de Sustentabilidade

Cristiana Almeida Pipponzi - Coordenadora
 Deborah Stern Vieitas - Membro
 Vivianne Naigeborin - Membro
 Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Inovação e Tecnologia

Nitin Prabhi - Coordenador
 Debora Stern Vieitas - Membro
 Ede Ilson Viani - Membro
 Eduardo Alvarez Garrido - Membro
 Gilberto Duarte de Abreu Filho - Membro
 Guilherme Horn - Membro
 Mario Roberto Opice Leão - Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
 Deborah Patricia Wright – Membro
 Cristiana Almeida Pipponzi - Membro
 Javier Maldonado Trinchant – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
 Deborah Stern Vieitas - Membro
 Luiz Fernando Sanzogo Giorgi – Membro
 Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
André Juaçaba de Almeida
Carlos Díaz Álvarez
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Camila Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian
Claudenice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio
Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Soares Fragata Lopes
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Leonardo Mendes Cabral

Marcelo Aleixo
Marcos Jose Maia da Silva
Mariana Cahen Margulies
Marilize Ferrazza
Michele Soares Ishii
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rudolf Gschliffner
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vitor Ohtsuki

Contadora

Anna Paula Dorce Armonia – CRC Nº 1SP – 198352/9

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2025, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2025:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
André Juaçaba de Almeida
Carlos Díaz Álvarez
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Camila Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian
Claudenice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio
Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Soares Fragata Lopes
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Leonardo Mendes Cabral

Marcelo Aleixo
Marcos Jose Maia da Silva
Mariana Cahen Margulies
Marilize Ferrazza
Michele Soares Ishii
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rudolf Gschliffner
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarção Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vitor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2025:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

André Juaçaba de Almeida

Carlos Díaz Álvarez

Ede Ilson Viani

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Elena Lanciego Perez

Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias

Alexandre Guimarães Soares

Alexandre Teixeira de Araujo

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Camila Stolf Toledo

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus De Queiroz

Cezar Augusto Janikian

Claudenice Lopes Duarte

Claudia Chaves Sampaio

Daniel Mendonça Pareto

Eduardo Alvarez Garrido

Eduardo Luis Sasaki

Enrique Cesar Suares Fragata Lopes

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Gustavo de Sousa Santos

Izabella Ferreira Costa Belisario

Jean Paulo Kambourakis

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

Leonardo Mendes Cabral

Marcelo Aleixo

Marcos Jose Maia da Silva

Mariana Cahen Margulies

Marilize Ferrazza

Michele Soares Ishii

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Fernando Alves Lima

Paulo Sérgio Duailibi

Rafael Abujamra Kappaz

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Robson de Souza Rezende

Rudolf Gschliffner

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Thomaz Antonio Licarião Rocha

Vanessa Alessi Manzi

Vítor Ohtsuki

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, entre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2025. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração.

No tocante às suas atribuições, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras do Santander, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre, encerrado em 31 de dezembro de 2025 em padrão BRGAAP, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela controladoria e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Diretoria de Compliance, Controles Internos e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2025, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2025. Nessas reuniões tiveram destaque: discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre de 2025, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, o Comitê reuniu-se com o Auditor Independente em sessões executivas para debater temas de interesse, como Controle Sox. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2025, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Banco Santander (Brasil) e Coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas de Sustentabilidade em conjunto com o Comitê de Sustentabilidade; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (viii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (ix) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados** e **conferem transparência e qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2025, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 29 de janeiro de 2026.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Luiz Carlos Nannini – Especialista Financeiro
René Luiz Grande
Andrea Maria Ramos Leonel